

RESOLUÇÃO Nº 02 DE 21 DE MAIO DE 2002

*Dispõe sobre a consolidação
do Regimento Interno do Tribunal
de Contas do Estado de Mato Grosso.*

Texto em preto Redação

Texto em azul Redação dos dispositivos alterados

Texto em verde Redação dos dispositivos revogados

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, do artigo 2º, e de acordo com o disposto no artigo 97, da Lei Complementar nº 11, de 18 de dezembro de 1991 - Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso,

RESOLVE:

DO REGIMENTO INTERNO

TÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO DO TRIBUNAL

Art. 1º. O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, com jurisdição, competência, atribuições e composição outorgadas pela Constituição e pela lei, tem a seguinte organização básica:

I – Presidência;

II – Vice-Presidência;

III – Tribunal Pleno;

IV – Câmaras;

V – Corregedoria Geral;

VI – Comissões Técnicas Permanentes.

Parágrafo Único. O Presidente exerce, por igual, funções administrativas.

TÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS AO TRIBUNAL

CAPÍTULO I

DO TRATAMENTO E ANTIGÜIDADE

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º. Ao Tribunal Pleno compete o tratamento de Egrégio Tribunal; às Câmaras, o de Egrégia Câmara e, aos Conselheiros, o de Excelência.

§ 1º O Conselheiro que deixar ou tiver deixado o exercício do cargo conservará o título e as honras a ele inerentes.

§ 2º Os Conselheiros usarão, como traje oficial, beca e capa, segundo modelo aprovado pelo Tribunal.

Art. 3º. O Presidente terá lugar primaz na direção dos trabalhos. O Conselheiro mais antigo ocupará, na bancada à sua direita, a primeira cadeira e o seu imediato, na bancada à sua esquerda, a primeira cadeira seguinte, e assim sucessivamente, na ordem de antigüidade.

Parágrafo Único. Nas Câmaras observar-se-á a mesma ordem de colocação.

Art. 4º. Regular-se-á a antigüidade dos Conselheiros:

I – pela data do exercício;

II – pela data da nomeação, se a do exercício for a mesma;

III – pelo tempo de serviço público, se coincidirem as datas indicadas nos itens anteriores;

IV – pela idade, se não suficientes os critérios anteriores.

Parágrafo Único. As questões relativas à antigüidade dos Conselheiros serão resolvidas pelo Tribunal Pleno, consignando-se em ata a deliberação.

SEÇÃO II

DOS IMPEDIMENTOS

Art. 5º. Não poderão exercer contemporaneamente o cargo de Conselheiro, parentes consangüíneos ou afins, na linha ascendente e na colateral, até o terceiro grau, aplicando-se-lhes os impedimentos previstos no Código de Processo Civil.

§ 1º O impedimento resolve-se:

a) antes da posse, contra o último nomeado ou contra o mais moço, se nomeados na mesma data;

b) depois da posse, contra o que lhe deu causa;

c) se a ambos imputável, contra o que tiver menos tempo de exercício no cargo.

§ 2º Verificada uma das hipóteses de impedimento aduzidas neste artigo, o Presidente do Tribunal comunicará o fato ao Governador do Estado para os fins de direito.

Art. 6º. Aplicam-se aos Conselheiros as suspeições e impedimentos atribuídos aos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado, na forma da Constituição Estadual.

Parágrafo Único. Não é permitido o exercício concomitante do cargo de Conselheiro e de Procurador de Justiça junto ao Tribunal entre parentes consangüíneos e afins até o terceiro grau, na forma da Lei Orgânica da Magistratura.

SEÇÃO III

DAS INCOMPATIBILIDADES

Art. 7º. É vedado ao Conselheiro do Tribunal de Contas:

I – exercer qualquer outra função pública, ainda que em disponibilidade, ou qualquer profissão, salvo um cargo de magistério, nos casos previstos na Constituição do Estado;

II – exercer atividades político-partidárias, ainda que em disponibilidade;

III – exercer qualquer profissão liberal, emprego particular, ser comerciante, sócio, gerente ou diretor de sociedades comerciais, salvo acionista de sociedades anônimas ou em comandita por ações;

IV – exercer cargo técnico ou de direção de sociedade civil, associação ou fundação, de qualquer natureza ou finalidade, salvo de associação de classe, sem remuneração;

V – celebrar contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.

Parágrafo Único. O exercício de função pública não compreendida na proibição deste artigo e que exigir, ou não, o afastamento do Conselheiro, verificar-se-á, para todos os efeitos, após comunicação ao Tribunal.

SEÇÃO IV

DO COMPROMISSO, DA POSSE E DO EXERCÍCIO

Art. 8º. O Conselheiro nomeado tomará posse perante o Presidente, em sessão especial do Tribunal Pleno, prestando o compromisso de desempenhar com retidão os deveres do cargo, considerando-se, desde esse momento, no exercício de suas funções.

§ 1º Da posse e do compromisso lavrar-se-á termo em livro especial, assinado pelo Presidente e pelo Conselheiro empossado.

§ 2º Os Conselheiros deverão encaminhar ao Presidente os documentos necessários à formação de sua vida funcional.

Art. 9º. O Prazo para a posse do Conselheiro será de 30 (trinta) dias consecutivos, contados da publicação do ato de nomeação pelo Governador do Estado, prorrogável por igual período, mediante solicitação escrita do interessado e deferimento do Presidente.

Parágrafo Único. Não se verificando a posse no prazo legal, o Presidente comunicará o fato ao Governador do Estado, para os fins de direito.

Art. 10. O Conselheiro nomeado integrará a Câmara em que houver ocorrido a vaga.

SEÇÃO V

DA ELEIÇÃO E POSSE DO PRESIDENTE,

DO VICE-PRESIDENTE E DO CORREGEDOR GERAL

Art. 11. O Presidente será eleito por seus pares em escrutínio secreto, na primeira sessão ordinária da segunda quinzena de outubro, presentes, pelo menos, 04 (quatro) Conselheiros, para mandato de 02 (dois) anos ao Conselheiro que não tenha exercido o cargo, e de 01 (um) ano ao Conselheiro que já tenha exercido o cargo, em qualquer tempo, vedada a reeleição em qualquer das hipóteses, aplicando-se ao Vice-Presidente e ao Corregedor Geral os mesmos critérios e período de mandato do Presidente.

Art. 12. Na hipótese de nenhum Conselheiro obter maioria absoluta de votos ou no caso de empate no primeiro escrutínio, realizar-se-á um segundo, onde será considerado eleito aquele que obtiver a maioria dos votos dos presentes.

§ 1º Se no segundo escrutínio persistir o empate, considerar-se-á eleito o Conselheiro mais antigo e, em caso de igualdade de antigüidade, o mais idoso.

§ 2º Serão designados pelo Presidente dois Conselheiros para funcionarem como escrutinadores.

Art. 13. Os Conselheiros ausentes poderão votar e ser votados nas eleições de que trata o artigo 11 deste Regimento, enviando o seu voto em sobrecarta opaca, autenticada com a sua rubrica, com ofício, ao Presidente do Tribunal.

§ 1º Na hipótese deste artigo, a cada cargo a ser preenchido e a cada escrutínio corresponderá uma sobrecarta, que mencionará na parte externa o cargo a que se destina.

§ 2º Os votos, com as formalidades deste artigo e do parágrafo anterior, serão apurados, desde

que recebidos até o início da sessão, devendo o Presidente, no momento da votação, abrir as sobrecartas e, sem quebrar o sigilo do voto, delas retirar as respectivas cédulas, misturando-as com as dos demais Conselheiros presentes.

Art. 14. A posse dos eleitos será efetuada em sessão especial, no último dia útil do mês de janeiro do ano seguinte ao das eleições.

SEÇÃO VI

DAS SUBSTITUIÇÕES E DA VACÂNCIA

Art. 15. O Presidente do Tribunal será substituído nos impedimentos e afastamentos legais e nos casos de vacância, pelo Vice-Presidente, e na ausência deste, pelo Corregedor Geral. Parágrafo Único. O Corregedor Geral será substituído, nas hipóteses do caput, pelo Conselheiro mais antigo.

Art. 16. Em caso de vacância de qualquer dos cargos mencionados no artigo 15 e do Vice-Presidente, proceder-se-á nova eleição com *quorum* mínimo de quatro Conselheiros, na primeira sessão ordinária após a verificação do fato, para complementação do tempo, salvo se a vacância ocorrer nos dois últimos meses de mandato, caso em que serão substituídos na sequência do artigo anterior.

Art. 17. Será declarada a vacância dos cargos mencionados nesta seção:

- I – pela renúncia;
- II – pela aposentadoria;
- III – pela perda do cargo e
- IV – pelo falecimento.

SEÇÃO VII

DAS FÉRIAS E DAS LICENÇAS

Art. 18. Em cada ano civil os Conselheiros terão direito a 60 (sessenta) dias consecutivos de férias individuais, concedidas sem prejuízo de vencimentos e de quaisquer vantagens inerentes ao exercício do cargo.

§ 1º As férias poderão ser gozadas de forma parcelada e, obrigatoriamente, um dos períodos deverá coincidir com o recesso do Tribunal.

§ 2º Não poderão estar em férias ao mesmo tempo:

- a) o Presidente e o Vice-Presidente do Tribunal;
- b) mais de 02 (dois) Conselheiros, sendo 01 (um) de cada Câmara.

Art. 19. As licenças ou férias dos Conselheiros serão concedidas pelo Tribunal Pleno, mediante requerimento do interessado.

Parágrafo Único. Em caso de urgência, poderão ser concedidas pela presidência, *ad referendum* do Tribunal Pleno.

Art. 20. A licença para tratamento de saúde dos Conselheiros será concedida, até 90 (noventa) dias, mediante exame pelo serviço médico do Tribunal, podendo este solicitar exames especializados, quando julgar necessário, por tempo maior, mediante inspeção por junta médica do Instituto de Previdência do Estado de Mato Grosso.

Art. 21. O Conselheiro em férias ou licença comunicará seu endereço ao Presidente.

Parágrafo Único. Marcadas as férias do Conselheiro, novos processos só poderão ser-lhe distribuídos até 10 (dez) dias antes do início das mesmas.

Art. 22. Para fins de direito, será comunicada por escrito ao Presidente, e por este ao Tribunal Pleno, qualquer interrupção do exercício de férias ou licença.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA DO PRESIDENTE, DO VICE-PRESIDENTE E DO TRIBUNAL PLENO

SEÇÃO I

DA COMPETÊNCIA DO PRESIDENTE

Art. 23. O Presidente exerce a direção e o poder de polícia do Tribunal e de seus serviços.

Art. 24. Compete ao Presidente do Tribunal, além das atribuições previstas em lei:

I – representar o Tribunal em suas relações externas;

II – dar posse aos Conselheiros;

III – cumprir as deliberações do Tribunal;

IV – dar conhecimento aos Conselheiros, em sessão plenária, de ofícios, pedidos de informações, resoluções e demais expedientes semelhantes recebidos de quaisquer órgão ou autoridade e considerados de interesse geral;

V – submeter à decisão do Plenário, por si ou por meio de Relator, qualquer questão de natureza administrativa que, a seu juízo, entenda de interesse do Tribunal;

VI – prestar as informações solicitadas por qualquer dos Poderes ou pelos Conselheiros;

VII – presidir a distribuição de processos aos Conselheiros;

VIII – suspender o expediente da Diretoria Geral de Administração, quando for o caso;

IX – apresentar ao Tribunal, até o dia 28 (vinte e oito) de fevereiro do ano subsequente, o relatório dos trabalhos de sua gestão referente ao exercício findo, com os dados fornecidos até 30 (trinta) de janeiro pelas unidades;

X – submeter à apreciação do Pleno, para decisão, matérias de natureza administrativa inseridas na competência do Tribunal;

XI – resolver, na distribuição e encaminhamento dos feitos, quaisquer dúvidas sobre a competência das Câmaras, sem prejuízo da deliberação definitiva do Tribunal, se couber;

XII – propor o reexame *ex-officio* de pré-julgado do Tribunal, firmado em Parecer sobre consulta da Administração;

XIII – expedir os atos referentes às relações jurídico-funcionais dos Conselheiros, bem como os atos referentes ao pessoal da Diretoria Geral da Administração, nos casos previstos em lei e neste Regimento Interno;

XIV – decidir, na forma da lei, as questões relativas aos direitos e vantagens aplicáveis aos servidores do Tribunal;

XV – expedir atos de nomeação, exoneração, demissão, promoção, aposentadoria e outros, provimento e vacância de cargos e funções do Tribunal, bem como praticar os demais atos

concernentes à administração de pessoal, observadas as normas prescritas para os servidores públicos em geral, quando funcionará como Relator nato;

XVI – aplicar aos servidores do Tribunal as penalidades decorrentes de processo administrativo disciplinar instaurado pelo Corregedor Geral, nos termos da Lei Complementar n.º 04/90;

XVII – atestar o exercício ou a frequência dos Conselheiros e do Diretor Geral;

XVIII – expedir carteira de identificação funcional aos Conselheiros, Corregedor Geral e servidores;

XIX – delegar, na forma da Lei, competência ao Diretor Geral de Administração;

XX – autorizar as despesas do Tribunal, nos casos e limites fixados em lei;

XXI – designar Conselheiros ou servidores para, isoladamente ou em comissão, procederem a estudos e trabalhos de interesse geral;

XXII – convocar as sessões do Tribunal Pleno e a elas presidir, orientando os trabalhos e mantendo a ordem;

XXIII – convocar sessão extraordinária quando necessário ou a requerimento de pelo menos 03 (três) Conselheiros;

XXIV – apresentar ao Plenário proposição de alteração ou emenda ao Regimento Interno, formulada expressamente por Conselheiro;

XXV – apresentar ao Tribunal Pleno para homologação os nomes dos Conselheiros que integrarão as Câmaras, de acordo com os critérios adotados neste Regimento;

XXVI – adotar providências relativas à uniformização das deliberações das Câmaras;

XXVII – votar nos casos expressamente previstos e nos de empate e, nos casos cuja relatoria lhe caiba como Relator, nos termos da lei e deste Regimento;

XXVIII – ordenar que se faça intimação ou notificação por edital, na forma da lei e deste Regimento, nos processos de sua competência;

XXIX – convocar Conselheiros para completar *quorum* da Câmara diversa da que pertencer, para determinada sessão ou julgamento, a seu critério e, em casos especiais, após pedido justificado que lhe for formulado pelo Presidente da Câmara interessada;

XXX – resolver as questões de ordem e os requerimentos, sem prejuízos de recursos ao Plenário;

XXXI – despachar petições de simples juntada, bem como as de desistência ou de retirada de pedido, e as de recurso, quando o feito não tiver Relator;

XXXII – receber e despachar, na forma da lei e deste Regimento, pedidos de revisão de processo de Tomada de Contas, bem como os de Rescisão de Julgados;

XXXIII – expedir instruções normativas para a boa execução das disposições contidas neste Regimento e em Resoluções aprovadas pelo Tribunal Pleno;

XXXIV – encaminhar à Assembléia Legislativa, trimestral e anualmente, o Relatório das atividades do Tribunal;

XXXV – encaminhar à Assembléia Legislativa as contas do Tribunal, nos termos do artigo 53 da Constituição Estadual;

XXXVI – encaminhar ao Governador do Estado a lista tríplice a que se refere o inciso I, do §2º, do

artigo 49, da Constituição Estadual;

XXXVII – determinar o processamento das Consultas nos termos deste Regimento;

XXXVIII – receber as denúncias apresentadas ao Tribunal, encaminhando-as ao Corregedor Geral, no caso de envolvimento de servidores ou Conselheiros deste Tribunal, ou ao Relator das contas do órgão jurisdicionado que originou a denúncia, com as observações e providências que julgar necessárias;

XXXIX – cometer aos servidores do Tribunal, conforme a necessidade do serviço, outros encargos, além dos que expressamente lhes são atribuídos pelo Regulamento dos Serviços Internos do Tribunal;

XL – superintender todos os serviços administrativos do Tribunal e autenticar seus livros e papéis;

XLI – prestar aos membros do Tribunal esclarecimentos que lhe forem solicitados;

XLII – assinar os atos referentes a licenças, férias e aposentadorias concedidas aos Conselheiros, nesta última hipótese, juntamente com o Governador do Estado;

XLIII – submeter à apreciação e decisão do Tribunal Pleno as hipóteses de omissão ou dúvida na aplicação ou interpretação das normas deste Regimento;

XLIV – decidir, em casos excepcionais ou de urgência, matéria de competência do Plenário ou das Câmaras, devendo submeter sua decisão ao Pleno obrigatoriamente na primeira sessão ordinária a ser realizada, sob pena de responsabilidade;

XLV – constituir comissão especial para elaborar instruções para a realização de concursos;

XLVI – nomear banca examinadora para a realização de concurso para provimento de cargos no Tribunal;

XLVII – solicitar a cedência de servidores públicos de outros órgãos ou Tribunais congêneres, para prestar serviços a este Tribunal;

XLVIII – divulgar, inclusive por meio eletrônico, a relação das entidades públicas ou privadas impedidas de celebrar convênio e receber auxílio ou subvenções do Estado;

XLIX – votar, obrigatoriamente, em matéria administrativa, cabendo-lhe, ainda, o voto de desempate, se for o caso;

L – incluir na pauta de julgamento, obrigatoriamente, o processo, após decurso de prazo de vista a Conselheiro ou Procurador;

LI – promover, com o auxílio do Instituto de Estudos, a difusão dos conceitos e normas reguladoras da execução financeira e orçamentária perante os órgãos públicos estaduais e municipais, através de cursos, seminários e simpósios, no âmbito regional e estadual;

LII - expedir, até o dia 15 de dezembro de cada ano, portaria estabelecendo a programação anual de auditoria *in loco* nos órgãos jurisdicionados do Estado e Municípios, detalhando o tempo de inspeção em cada entidade e o prazo para apresentação de relatório de auditoria.

SEÇÃO II

DA COMPETÊNCIA DO VICE-PRESIDENTE

Art.25. Ao Vice-Presidente compete:

I – substituir o Presidente nas suas faltas e impedimentos;

II – auxiliar o Presidente no exercício de suas funções, quando assim exigir a necessidade dos serviços e for por este solicitado;

III – supervisionar a composição e publicação da Revista do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso a ser editada semestralmente.

SEÇÃO III

DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL PLENO

Art. 26. Compete privativamente ao Plenário, sob direção do Presidente do Tribunal:

I – julgar as contas anuais e os relatórios de gestão fiscal:

- a) da Mesa da Assembléia Legislativa;
- b) do Poder Judiciário Estadual;
- c) do Ministério Público Estadual;
- d) das Mesas das Câmaras Municipais;

II – compete-lhe, ainda, julgar:

- a) as contas dos administradores da Administração Pública direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas ou mantidas pelo Poder Público Estadual ou Municipal;
- b) a legalidade, para fins de registro, dos atos de concessão de aposentadoria, reforma ou pensão, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;
- c) as contas referentes a contratos cujos valores originais correspondam aos limites impostos para a licitação na modalidade Concorrência Pública, bem como a legalidade dos respectivos instrumentos contratuais;
- d) os recursos opostos às suas próprias decisões, às decisões das Câmaras e às decisões e atos do Presidente;
- e) os incidentes de inconstitucionalidade, de uniformização, de jurisprudência e de revisão dos seus julgados;
- f) as exceções de suspeição ou impedimento opostos aos seus julgadores;
- g) as consultas formuladas ao Tribunal, com exceção daquelas prevista no *caput* do artigo 219 deste Regimento, as quais serão processadas nos termos do § 3º do mesmo artigo.

III – emitir Parecer Prévio conclusivo, no prazo legal, sobre as contas e os relatórios de gestão fiscal apresentados pelos Chefes do Poder Executivo Estadual e Municipal.

Parágrafo Único. O Tribunal Pleno emitirá, depois de instruído com as informações técnicas e com o Parecer do Ministério Público, decisão administrativa sobre o relatório de gestão fiscal do Tribunal de Contas, antes de encaminhá-lo à Assembléia Legislativa.

IV – deliberar, originariamente, sobre:

- a) as decisões das Câmaras que acolham proposta de Conselheiro no sentido de rever a jurisprudência predominante e examinar matéria considerada relevante, e que ainda não foi decidida pelo Tribunal Pleno;
- b) a assinatura de prazo razoável para que o órgão ou entidade da administração pública, direta ou indireta, tome as providências necessárias ao exato cumprimento da lei;

- c) a sustação, se não atendido, da execução do ato impugnado, exceto em relação a contrato;
- d) representação ao Poder Executivo ou ao Poder Legislativo;
- e) conflito de lei ou de ato normativo do Poder Executivo com a Constituição do Estado, em matéria de sua competência;
- f) solicitação de informações da Assembléia Legislativa, de Câmara Municipal, de suas comissões ou de outras autoridades;
- g) realização de auditorias ou de inspeções extraordinárias;
- h) consulta sobre matéria de competência do Tribunal, formulada por órgãos e entidades sujeitos à sua jurisdição;
- i) matéria regimental ou de caráter normativo que lhe seja submetida pelo Presidente ou por iniciativa de qualquer dos Conselheiros;
- j) assuntos de natureza administrativa, que lhe sejam submetidos pelo Presidente;
- k) decidir sobre a comunicação, aos órgãos que disciplinam profissões liberais, das irregularidades de que tenha conhecimento, concernentes ao exercício profissional;
- l) projeto de lei, de iniciativa do Tribunal, a ser apreciado pela Assembléia Legislativa;
- m) solicitação à Assembléia Legislativa ou à Câmara Municipal respectiva, em caso de contrato, para que determine a sustação do ato ou tome outras medidas necessárias ao resguardo dos objetivos legais;
- n) resoluções normativas;
- o) a composição, alteração, funcionamento ou extinção das Câmaras, bem como a transferência ou permuta dos seus julgadores;
- p) a abertura de sindicância, processos administrativos disciplinares e correições, ressalvados os casos de competência do Corregedor;
- q) a fixação de normas para os concursos públicos e de ascensão funcional, destinados ao provimento dos cargos do quadro de pessoal do Tribunal, bem como homologar os respectivos resultados;
- r) os processos de admissão, demissão, aposentadoria e disponibilidade dos funcionários do Tribunal, bem como sobre outros atos relativos ao pessoal que lhe forem levados pelo Presidente;
- s) os incidentes que não forem da competência do Presidente do Tribunal, das Câmaras ou dos Relatores;
- t) a remessa à autoridade competente, em original ou por cópia autêntica, de papéis ou atos que demonstrem a existência ou indício de crime de ação pública ou de falta administrativa, ou a necessidade de se tomar medidas de proteção aos interesses do Estado;
- u) o cancelamento nos processos das palavras ou expressões desrespeitosas, contrárias ao tratamento devido ao Tribunal, aos seus membros, servidores e aos Procuradores de Justiça junto ao Tribunal, podendo mandar desentranhar dos autos as respectivas peças;
- v) a representação ao Governador do Estado sobre a intervenção nos municípios, nos termos do artigo 66, da Lei Orgânica do Tribunal de Contas;
- x) a aplicação de multas pela infringência à legislação, em matéria de sua competência;

z) a elaboração de lista tríplice a ser encaminhada ao Governador, para escolha de Conselheiros do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 49, § 2º, inc. I, da Constituição Estadual.

V – Rever todo e qualquer ato que contrarie as instruções expedidas pelo Tribunal, suas ordens de serviço, seus prejulgados e sua jurisprudência dominante, inclusive os conflitos suscitados sobre competência das Câmaras;

VI – estabelecer prejulgados;

VII – decidir incidentes de inconstitucionalidade;

VIII – aprovar o enunciado das Súmulas e decidir sobre a sua inscrição;

IX – decidir sobre as denúncias encaminhadas ao Tribunal, após o processamento e conclusão pelo relator ou pelo Corregedor Geral, conforme o caso.

CAPÍTULO III

DAS CÂMARAS

SEÇÃO I

DA COMPOSIÇÃO E DO FUNCIONAMENTO

Art. 27. Na forma do disposto no artigo 71, da Lei Orgânica do Tribunal de Contas (Lei Complementar n.º 11, de 18.12.91), ficam instituídas 02 (duas) Câmaras, 1ª e 2ª, no Tribunal de Contas.

Art. 28. Cada Câmara compor-se-á de 3 (três) Conselheiros.

§ 1º A Primeira Câmara será constituída, inicialmente, pelo Conselheiro mais antigo, pelo terceiro em ordem de antigüidade e pelo mais novo em exercício.

§ 2º A Segunda Câmara será constituída, inicialmente, pelos 2º, 4º e 5º Conselheiros em ordem decrescente de antigüidade.

Art. 29. Cada Câmara elegerá um Presidente, com mandato coincidente com o do Presidente do Tribunal, proibida a reeleição para o período subsequente.

Art. 30. Os Presidentes das Câmaras serão substituídos nas ausências e impedimentos pelo Conselheiro que se lhe seguir na ordem de antigüidade.

Art. 31. Cada uma das Câmaras reunir-se-á com o *quorum* de três Conselheiros.

§ 1º Na reunião das Câmaras em que não estiver completo o número de Conselheiros, o Presidente da Câmara solicitará ao Presidente do Tribunal a convocação de substituto da outra Câmara.

§ 2º No início da sessão, ou sempre que possível antes da sua realização, os Conselheiros afirmarão os seus impedimentos, a fim de que as convocações necessárias sejam formuladas para produzirem oportunos efeitos.

§ 3º Verificada a existência do *quorum* para funcionamento, na hipótese de estar impedido um ou mais membros, o Presidente da Câmara, solicitará ao Presidente do Tribunal a convocação de Conselheiros integrantes da outra Câmara.

§ 4º Nos casos de impedimento ou suspeição, aplicam-se, no que couber, as disposições do Código de Processo Civil.

Art. 32. Nas Câmaras, os respectivos Presidentes relatarão os processos que lhe forem

distribuídos e terão sempre direito a voto.

Art. 33. As sessões ordinárias das Câmaras realizar-se-ão:

I – Primeira Câmara, às quartas-feiras;

II – Segunda Câmara, às quintas-feiras.

Art. 34. As sessões extraordinárias das Câmaras, serão convocadas, quando necessárias, pelos respectivos Presidentes.

Art. 35. As Câmaras obedecerão, no que couber, as normas relativas ao Plenário.

Art. 36. As Câmaras, pela maioria de seus membros, poderão decidir submeter ao Tribunal Pleno o exame de matéria de alta relevância, mantido o mesmo relator.

Art. 37. Funcionará junto a cada Câmara um representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

SEÇÃO II

DA COMPETÊNCIA DAS CÂMARAS

Art. 38. As Câmaras têm competência cumulativa tanto em matéria estadual quanto municipal, observada a distribuição dos feitos a seus componentes.

§ 1º A competência das Câmaras fica subordinada à distribuição dos feitos aos seus respectivos componentes, excluídas as matérias privativas do Tribunal Pleno.

§ 2º A distribuição de que trata o parágrafo anterior previne a competência da Câmara apenas enquanto um dos seus membros for o relator da matéria. Redistribuído o feito a outro relator, a Câmara competente será aquela em que se integrar o novo relator.

§ 3º Nos casos de transferência, o Conselheiro transferido levará consigo os feitos a ele distribuídos, o mesmo se dando com aqueles do julgador que vier a substituí-lo.

Art. 39. O Presidente do Tribunal de Contas, ao final do seu mandato, passará a integrar a Câmara a que pertencia o Conselheiro que assumir o cargo de Presidente.

Art. 40. Enquanto não instaladas as Câmaras mencionadas no artigo 27 deste Regimento, os processos de sua competência serão distribuídos diretamente aos Conselheiros para julgamento singular.

SEÇÃO III

DA COMPETÊNCIA DO PRESIDENTE DA CÂMARA

Art. 41. Ao Presidente da Câmara compete:

I – Convocar as sessões da respectiva Câmara e presidí-las, observando, no que couber, os procedimentos adotados nas sessões do Plenário;

II – resolver as questões de ordem e decidir sobre os requerimentos, sem prejuízo de recurso para a respectiva Câmara;

III – submeter ao Presidente do Tribunal, os assuntos de atribuição deste, bem como as matérias de competência do Plenário.

Parágrafo Único. O resultado dos julgamentos das Câmaras revestir-se-á na forma de Decisão.

CAPÍTULO IV

DA CORREGEDORIA GERAL, DAS COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES,

DO CONSELHEIRO RELATOR

SEÇÃO I

DA CORREGEDORIA GERAL

Art. 42. Ao Corregedor Geral compete:

- I – organizar e dirigir os serviços da Corregedoria Geral;
- II – realizar correições permanentes, ordinárias ou extraordinárias, e visitas de inspeção aos serviços administrativos do Tribunal, a fim de regular a sua normal execução para o bom andamento da Justiça de Contas;
- III – representar ao Tribunal Pleno sobre irregularidades ou abusos verificados durante os serviços de correição, apresentando, nos termos da lei, as providências necessárias para sua imediata cessação;
- IV – orientar e fiscalizar as atividades cometidas pela legislação ao Tribunal de Contas do Estado;
- V – desempenhar quaisquer outras atribuições que lhe sejam conferidas pelo Tribunal Pleno;
- VI – levar à apreciação do Pleno resultado de estudos técnicos de sua própria iniciativa, produzidos pela área técnica, que visem orientar e uniformizar procedimentos pelos jurisdicionados;
- VII – baixar provimento visando o cumprimento das suas atribuições;
- VIII – solicitar ao Presidente do Tribunal de Contas servidores para prestar serviços à Corregedoria Geral;
- IX – enviar ao Presidente do Tribunal de Contas, até 30 (trinta) de janeiro, o relatório das suas atividades;
- X – acompanhar e avaliar o desempenho técnico das auditorias e inspeções do Tribunal de Contas;
- XI – receber e encaminhar ao Ministério Público os processos despachados para sua manifestação, na forma do artigo 89, deste Regimento, exercendo o controle do prazo fixado no Parágrafo Único do citado artigo;
- XII – propor ao Pleno medidas de racionalização e otimização dos serviços dos órgãos internos do Tribunal;
- XIII – propor ao Pleno providências com vistas a agilização do andamento dos processos e funcionamento do Tribunal;
- XIV – dar encaminhamento aos processos referentes a denúncias sobre servidores e Conselheiros deste Tribunal, após verificação, pelo Presidente das condições de sua admissibilidade, apresentando, ao final, conclusão para apreciação do Pleno.

Art. 43. No exercício de suas atribuições poderá o Corregedor Geral, em qualquer tempo, dirigir-se a qualquer repartição estadual ou municipal, onde deva apurar fatos que atentem contra a conduta funcional pela prática de abuso na gestão dos dinheiros públicos.

Parágrafo Único. Quando em diligência de correição, inspeção ou sindicância fora da Capital do Estado, terá o Corregedor Geral diária para alimentação e pousada com direito a transporte oficial.

Art. 44. Das decisões originárias do Corregedor Geral, caberá recurso de reconsideração para o Tribunal Pleno, no prazo de 10 (dez) dias, contados da notificação ou ciência.

SEÇÃO II

DAS COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES

Art. 45. As Comissões Técnicas Permanentes, compostas por 3 (três) Conselheiros, designados pelo Tribunal Pleno, serão presididas por um dos seus membros, eleito dentre os membros respectivos, para um mandato de 1 (um) ano, e são as seguintes:

- a) Comissão de Redação;
- b) Comissão de Modernização da Gestão;
- c) Comissão de Concurso;
- d) Comissão de Legislação e Normas.

Parágrafo Único. As Comissões Técnicas Permanentes reunir-se-ão pelo menos uma vez ao mês, lavrando-se ata dos trabalhos.

SEÇÃO III

DO CONSELHEIRO RELATOR

Art. 46. O Conselheiro relator será juiz preparador do feito que lhe for distribuído.

Art. 47. Compete ao Conselheiro relator presidir a instrução do processo, determinando, mediante despacho singular, por sua ação própria e direta, ou por provocação do órgão de instrução do Tribunal, ou do Ministério Público junto ao Tribunal, o sobrestamento do julgamento, a notificação dos responsáveis, ou outras providências consideradas necessárias ao saneamento dos autos, fixando prazo para o atendimento das diligências, após o que submeterá o feito ao Plenário ou à Câmara respectiva, para decisão de mérito.

Art. 48. Ao presidir a instrução do feito, o Conselheiro relator determinará todas as providências julgadas necessárias, proferindo os despachos interlocutórios imprescindíveis àquele fim, desde que não conflitem com as instruções do Tribunal, suas Resoluções, seus pré-julgados e sua jurisprudência predominante, inclusive quanto a prazos.

Art. 49. A competência para a redação dos acórdãos, pareceres e deliberações é do relator do feito, salvo a hipótese do artigo 71, § 1º.

Art. 50. No caso de impedimento insuperável que impeça a redação mencionada no artigo anterior, será designado relator outro Conselheiro que tenha participado do julgamento e pertencido à corrente vencedora.

CAPÍTULO V

DO PLENÁRIO

SEÇÃO I

DAS SESSÕES

Art. 51. O Tribunal Pleno se reunirá na Capital do Estado, durante o ano civil, exceto no mês de janeiro, quando será observado recesso.

Art. 52. As sessões do Plenário poderão ser ordinárias, extraordinárias e especiais.

Art. 53. Para as sessões ordinárias, extraordinárias e especiais, salvo as destinadas à

solenidades, será exigido o *quorum* mínimo de quatro Conselheiros, incluindo o Presidente, devendo estar presente o representante do Ministério Público.

§ 1º As sessões ordinárias, salvo deliberação em contrário, serão realizadas às terças-feiras, com início às 14:30 horas, com tolerância de 15 minutos para verificação de *quorum* mínimo, lavrando-se ata negativa caso este não seja alcançado, e término previsto para as 18:00 horas, podendo ser prorrogada, a critério do Plenário, por mais 30 minutos e, se necessário, poderão ser convocadas sessões extraordinárias ou especiais, conforme o caso.

§ 2º Se não houver expediente no dia previsto considerar-se-á a sessão, automaticamente, convocada para a terça-feira seguinte.

§ 3º As sessões extraordinárias serão convocadas sempre que necessária a discussão de assuntos considerados de extrema relevância ou que devam ser decididos com urgência, e a convocação dar-se-á imediatamente após a ciência, pelo Presidente, da urgência ou relevância da matéria.

§ 4º Ao convocar a sessão extraordinária, o Presidente fixará hora para início da sessão e dará conhecimento do assunto a ser decidido.

Art. 54. As sessões especiais serão realizadas para:

I – solenidades determinadas a critério do Plenário, sem exigência de *quorum* mínimo, inclusive para as de posse de Conselheiro, Presidente, Vice-Presidente e Corregedor Geral;

II – tratar de outros assuntos que não possam aguardar o dia da sessão ordinária ou que devam ser decididos em caráter sigiloso, fixando-se dia e hora para sua realização por ocasião da convocação, obedecido o *quorum* mencionado no caput do artigo 53 deste Regimento.

Art. 55. Ocorrendo convocação de sessão extraordinária ou especial não será realizada sessão ordinária se houver coincidência de data e horário.

Art. 56. As sessões serão públicas.

§ 1º Excetua-se do *caput* deste artigo quando se tratar de questões que envolvam a segurança pública.

§ 2º Os julgamentos sigilosos terão lugar em sessão especial convocada para esse fim, ou serão feitos com esse caráter, mediante destaque da ordem do dia em sessão ordinária.

§ 3º Além dos casos previstos neste artigo, por proposta do Presidente, de Conselheiro ou do representante do Ministério Público, aprovada pelo Plenário, a sessão terá ou passará a ter caráter sigiloso, se verificada a inconveniência de divulgação da matéria discutida.

§ 4º As sessões mencionadas no § 1º e § 2º deste artigo serão realizadas exclusivamente com a presença dos Conselheiros e do representante do Ministério Público, secretariadas por um Conselheiro designado pelo Presidente.

Art. 57. Nas sessões ordinárias será observada a seguinte ordem de trabalho:

I – leitura, discussão e votação da ata da sessão anterior;

II – expediente;

III – distribuição de processos;

IV – decisão administrativa;

V – apreciação e julgamento dos processos constantes da pauta, na ordem do artigo 58;

VI – apreciação de indicações e propostas;

VII – explicações pessoais e assuntos de ordem geral, observada a competência do Plenário.

Parágrafo Único. O julgamento uma vez iniciado, ultimar-se-á na mesma sessão, ainda que excedida a hora regimental.

Art. 58. A pauta será organizada sob a supervisão do Presidente, pela secretária das sessões, na ordem de antigüidade dos respectivos relatores no cargo de Conselheiro, sendo afixada em local próprio ou publicada no Diário Oficial do Estado, e obedecerá a seguinte seqüência:

I – conferência da ata de julgamento da sessão anterior;

II – auditoria e inspeção;

III – prestação de contas e relatórios de gestão fiscal mencionados no artigo 26, deste Regimento;

IV – pareceres prévios e relatórios de gestão fiscal dos Chefes do Poder Executivo estadual e municipal;

V – outros assuntos;

VI – processos de aposentadoria, reforma e pensão;

VII – recursos:

a) designação de dia;

b) julgamento.

VIII – denúncia;

IX – consultas;

X – representações;

XI – requerimentos, indicações, comunicações e moções.

§ 1º Os processos destinados a constituição de pauta serão entregues na secretaria das sessões até às 17 horas do dia útil anterior a cada sessão.

§ 2º Excepcionalmente, quando a natureza ou a urgência do processo justificar, os prazos indicados no parágrafo anterior poderão ser alterados pelo Plenário ou Câmaras, mediante proposta de qualquer Conselheiro.

§ 3º A cópia da pauta de julgamento e a relação de processos a serem distribuídos serão remetidas aos gabinetes dos Conselheiros e ao representante do Ministério Público junto ao Tribunal 24 horas antes da sessão respectiva.

§ 4º A publicação da pauta de julgamento dar-se-á, facultativamente, no Diário Oficial do Estado e, obrigatoriamente, mediante aviso afixado em local visível na portaria do Tribunal de Contas, 24 horas antes do julgamento.

§ 5º Será obrigatoriamente publicada, sob pena de nulidade, no Diário Oficial do Estado ou em jornal de grande circulação, no caso de não funcionamento da Imprensa Oficial, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, a pauta de julgamento dos processos referentes a:

I – Contas anuais dos Chefes dos Poderes Executivo, Legislativo, Estadual e Municipal, e do Judiciário e Ministério Público Estadual;

- II – Balanços anuais dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado e dos Municípios;
- III – Tomadas de Contas;
- IV – Denúncias;
- V – Recursos.

§ 6º A apreciação de processos relativos a questões administrativas do tribunal não dependerá de prévia inclusão na pauta de julgamento, devendo seguir o procedimento geral adotado para os demais processos, inclusive quanto a discussão, votação, vistas e prazos, no que couber.

§ 7º Haverá, no recinto das sessões, lugar destinado aos representantes da imprensa, devidamente credenciados.

§ 8º As notas taquigráficas que tiverem que produzir efeitos externos serão revistas e rubricadas pelo relator ou revisor do julgamento do feito, porém, se estes não o fizerem em prazo razoável, serão redigidas com a observação de não terem sido revistas.

§ 9º Os processos que tratam de assuntos similares ou relacionados poderão ser objeto de um único relatório e voto, organizados por ordem seqüencial na pauta.

SEÇÃO II

DO FUNCIONAMENTO

Art. 59. À hora prevista, havendo *quorum*, o Presidente declarará aberta a sessão, citando os nomes dos Conselheiros e do representante do Ministério Público presentes, indicando os motivos das ausências, passando em seguida à leitura, discussão e votação da ata da sessão anterior.

Parágrafo Único. Não atingido o *quorum* mínimo para início da sessão, a matéria constante da pauta ficará, automaticamente, transferida para a sessão ordinária imediatamente seguinte, para discussão com preferência.

Art. 60. A ata de cada sessão deverá ser submetida à leitura, discussão e votação até a segunda sessão ordinária seguinte, e dela deverá constar:

- I – o dia, mês e ano, bem como a hora da abertura e do encerramento da sessão;
- II – o nome do Conselheiro que presidiu a sessão;
- III – os nomes dos Conselheiros e do representante do Ministério Público presentes;
- IV – os nomes dos Conselheiros que não compareceram e o motivo da ausência;
- V – as demais ocorrências, indicando-se quanto aos processos:
 - a) o número, os nomes dos interessados e outros dados necessários à sua identificação;
 - b) o nome do relator ou do revisor, se for o caso;
 - c) a decisão interlocutória, preliminar ou decisão definitiva, com a indicação dos votos vencedores e vencidos na preliminar, se houver, e no mérito;
 - d) a designação do Conselheiro a que se refere o § 1º, do artigo 71, deste Regimento;
 - e) a conclusão dos votos apresentados e dos pareceres.

Art. 61. Aprovada a Ata, passar-se-á ao regimento normal da sessão.

Parágrafo Único. Na apreciação e julgamento dos processos será respeitada a ordem estabelecida na pauta, salvo pedido de preferência, inversão ou adiamento, formulado pelo

Conselheiro relator e deferido pelo Presidente.

Art. 62. Será distribuído antecipadamente aos Conselheiros e ao Ministério Público:

I – projeto ou proposta, com a respectiva justificativa, quando se tratar de Resolução Normativa ou Instrução Normativa;

II – relatório de voto, quando se tratar de questão constitucional ou matéria relevante, a juízo do relator ou do Presidente;

Art. 63. A discussão dos processos em pauta será iniciada após a apresentação de relatório escrito, ainda que breve, pelo relator.

Art. 64. Findo o relatório, dará o Presidente a palavra, sucessivamente, ao representante do Ministério Público e às partes, ou seus Procuradores, para sustentação oral. Após, será aberta a discussão.

§ 1º Havendo mais de um interessado, a palavra será dada obedecendo-se a ordem das respectivas defesas no processo, no máximo por 30 (trinta) minutos, distribuídos igualmente entre eles.

§ 2º Na fase de sustentação oral em processos de contas anuais do Prefeito, somente será permitida a juntada de documentos para reanálise mediante solicitação de Conselheiro autorizada pelo Plenário.

Art. 65. Encerradas as manifestações previstas no artigo anterior, ou não as havendo, será aberta a discussão plenária que não excederá a 30 (trinta) minutos, prorrogáveis por igual período.

§ 1º Na fase de discussão, cada Conselheiro poderá usar da palavra, sendo-lhe facultado pedir esclarecimento ao relator, ao Ministério Público e às partes ou seus Procuradores.

§ 2º Na fase de discussão, o representante do Ministério Público, sempre que julgar necessário, poderá fazer uso da palavra.

Art. 66. As questões preliminares ou prejudiciais serão decididas antes da apreciação do mérito.

§ 1º Levantada a preliminar ou prejudicial, dar-se-á a palavra ao representante do Ministério Público para que dê seu pronunciamento a respeito.

§ 2º Versando a preliminar ou prejudicial sobre irregularidade sanável, o Plenário poderá converter o julgamento em diligência.

§ 3º Rejeitada a preliminar ou prejudicial proceder-se-á a discussão e votação do mérito, dela participando inclusive os Conselheiros vencidos.

§ 4º No exame da preliminar ou prejudicial assegurar-se-á ao representante do Ministério Público 10 (dez) minutos para que se manifeste.

§ 5º Levantada a preliminar por Conselheiro, acolhida pelo Pleno, após atendida a mesma, o relator encaminhará o processo ao Conselheiro proponente para conhecimento do resultado da preliminar, pelo prazo de 05 (cinco) dias úteis, antes do julgamento.

Art. 67. Nos casos em que o representante do Ministério Público formular requerimento, manifestar-se-á em seguida o Relator e/ou revisor, quando houver, cabendo ao Plenário decidir a questão.

Art. 68. Encerrada a discussão, o Presidente encaminhará a votação, colhendo os votos pela

ordem decrescente de antigüidade dos Conselheiros, não se permitindo apartes nesta fase, proclamando em seguida o resultado.

Art. 69. Não poderão participar da discussão e da votação:

I – o Presidente, salvo nos casos previstos neste Regimento;

II – o Conselheiro alcançado por impedimento ou suspeição;

III – o Conselheiro que não haja assistido ao relatório;

IV – o Conselheiro que se haja pronunciado publicamente sobre a matéria em pauta, antes do julgamento ou exame.

Parágrafo Único. O Conselheiro que haja assistido ao relatório não pode se abster de votar ainda que vencido na preliminar, salvo nos casos previstos no inciso II do *caput* deste artigo.

Art. 70. Na fase de discussão poderá o Presidente, a requerimento de Conselheiro ou do representante do Ministério Público, convocar servidor do Tribunal de Contas para prestar verbalmente informações complementares, podendo também, se necessário, serem convocados os responsáveis da repartição interessada.

Parágrafo Único. Aos Secretários de Estado ou aos altos representantes do Poder Público, ainda que não mais em exercício, fica assegurada a faculdade de comparecer ao Tribunal a fim de, com suspensão ou não dos trabalhos da sessão, explicar os motivos que levaram a administração à prática do ato impugnado.

Art. 71. Após o encerramento da discussão é facultado ao representante do Ministério Público pedir vista do processo, como também ao Conselheiro, ao ser chamado a votar.

§ 1º Vencido o relator no mérito, a redação do Acórdão ou da Decisão ficará a cargo do Conselheiro que tenha proferido em primeiro lugar o voto vencedor, ficando preventiva, daí em diante, a sua competência como revisor.

§ 2º O processo será encaminhado logo após a sessão, a quem houver requerido vista, sendo devolvido à Secretaria do Plenário, no prazo máximo de 06 (seis) dias, para reinclusão na pauta da sessão mais próxima da devolução.

§ 3º A vista concedida, quando já em curso a votação, não implicará na suspensão da votação, desde que o Conselheiro peça ao Presidente para proferir o seu voto.

§ 4º Em processo em que for pedida vista, é vedado a quem pediu determinar diligências e/ou juntada de documento, que só poderão ser efetivadas mediante proposta deferida pelo Tribunal Pleno.

§ 5º Se durante o prazo de vista der entrada no Tribunal qualquer documento relativo ao processo e de interesse para o julgamento, será encaminhado ao relator, que os submeterá à apreciação do Plenário.

§ 6º Voltando o processo à pauta, será concedida a palavra ao Ministério Público e, a seguir, dar-se-á a reabertura de discussão, se o Conselheiro levantar qualquer preliminar ou prejudicial; caso contrário, prosseguir-se-á a votação.

Art. 72. A discussão poderá ser adiada, por proposta fundamentada do Presidente, de Conselheiro ou de representante do Ministério Público:

- I – se a matéria for controvertida e requerer estudos mais aprofundados;
- II – para instrução complementar, por considerar-se incompleta a existente, ou em virtude da anexação de novo documento;
- III – se houver pedido de vista;
- IV – se for solicitada audiência do Ministério Público.

Parágrafo Único. A instrução complementar a que se refere o inciso II será processada em caráter de urgência.

Art. 73. Iniciado o julgamento do processo cessará a competência do relator para determinar qualquer diligência à revelia do Tribunal Pleno, exceto no cumprimento de providências por este ordenadas.

Art. 74. O Conselheiro poderá modificar o seu voto antes de proclamado pelo Presidente o resultado da votação e lida a Ementa.

Art. 75. Caberá ao Presidente proferir o voto de desempate.

Art. 76. O Conselheiro que estiver na Presidência, se não se julgar habilitado a proferir, na oportunidade, o voto de desempate, deverá fazê-lo na primeira sessão a que comparecer, mesmo na hipótese de findo o seu mandato.

Art. 77. Encerrada a votação, o Presidente proclamará o resultado, declarando-o:

- I – por unanimidade;
- II – por maioria;
- III – por voto de desempate do Presidente.

§ 1º Proclamado o resultado do julgamento e assinada a ementa, não poderá ser reaberta a discussão e nem alterados os votos proferidos.

§ 2º É vedado aos Conselheiros emitir opinião sobre qualquer voto proferido ou decisões proferidas pelo Tribunal.

Art. 78. Se o adiantado da hora não permitir que todos os processos constantes da pauta sejam apreciados, o Presidente, antes de encerrar a sessão, determinará que os processos restantes tenham preferência na sessão seguinte.

Parágrafo Único. Os processos transferidos para a sessão seguinte que, por qualquer motivo, nela deixarem de ser relatados serão automaticamente excluídos de pauta e somente serão apreciados novamente quando forem reincluídos em pauta por iniciativa expressa do Relator, obedecido o disposto no artigo 58 deste Regimento.

Art. 79. Ao deliberar sobre qualquer processo, o Plenário deverá:

- I – decidir os incidentes processuais;
- II – ordenar sejam remetidos à autoridade competente, por cópia autenticada, ou, excepcionalmente, no original, documentos ou processos, especialmente os úteis à verificação de ocorrência de crime contra a Administração Pública, cabendo ao autor da proposta a indicação das peças e da sua finalidade;
- III – mandar cancelar das peças processuais palavras ou expressões desrespeitosas ou descorteses, incompatíveis com o tratamento devido ao Tribunal e às autoridades em geral;

IV – mandar desentranhar dos autos as peças consideradas em seu conjunto nas condições definidas no inciso anterior;

V – ordenar diligências, abertura de vistas, sindicâncias e inspeções.

Art. 80. Esgotada a pauta dos trabalhos, o Presidente, após ensejar oportunidade aos Conselheiros e ao representante do Ministério Público para o uso da palavra, declarará encerrada a sessão.

SEÇÃO III

DAS DELIBERAÇÕES

Art. 81. As deliberações do Plenário terão a forma de:

I – Resolução, quando se tratar de:

a) aprovação do Regimento Interno, atos normativos em geral ou definidores de estruturas, atribuições e funcionamento dos seus órgãos de Auditoria Financeira e Orçamentária e demais serviços auxiliares;

b) outras matérias que, a critério do Plenário, devam se revestir dessa forma.

II – Instrução Normativa, quando se tratar de fixação de critério ou orientação para exame e decisão em caso concreto e não se justificar a expedição de Resolução;

III – Parecer, quando se tratar de:

a) contas e relatórios de gestão fiscal dos chefes do Poder Executivo Estadual e Municipal;

b) Outros casos em que, por lei, deva o Tribunal se manifestar.

IV – Acórdão, quando se tratar de julgamento:

a) das contas anuais e dos relatórios de gestão fiscal da Mesa da Assembléia Legislativa, do Poder Judiciário Estadual, do Ministério Público Estadual, das Mesas das Câmaras Municipais;

b) das contas anuais da Administração Pública direta e indireta, Estadual e Municipal;

c) dos atos de concessão de aposentadoria, reforma ou pensão;

d) das Prestações de Contas e Tomada de Contas;

e) dos incidentes de inconstitucionalidade e de uniformização de jurisprudência;

f) das consultas formuladas;

g) de conversão de julgamento em diligência;

h) de determinação de inspeção;

i) de outros casos que, a critério do Plenário, devam se revestir dessa forma.

V – Decisão Administrativa nos demais casos.

Art. 82. O Parecer prévio de que trata o inciso III, do artigo 26, desta resolução será assinado pelo Presidente, relator e demais Conselheiros presentes à votação e pelo representante do Ministério Público.

Parágrafo Único. Nos demais casos, pelo Presidente, pelo Relator e pelo representante do Ministério Público.

Art. 83. Os acórdãos serão redigidos pelo relator e assinados por ele, pelo Presidente do Tribunal e pelo representante do Ministério Público, observada a hipótese prevista no § 1º, do artigo 71, deste Regimento.

Art. 84. As decisões serão certificadas nos autos pela secretária geral da Secretaria do Tribunal Pleno ou pelo seu substituto legal.

Art. 85. O acórdão de que resultar imposição de multa indicará o valor cominado, o nome do responsável ou da autoridade multada, constando sua qualificação, identificação e endereço, se for o caso.

Art. 86. Os acórdãos, resoluções e pareceres de competência do Tribunal Pleno deverão conter a exposição dos fatos, o fundamento legal da decisão e a parte dispositiva, com a indicação de votos vencidos e de desempate, se for o caso.

TÍTULO III

DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CAPÍTULO I

DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS

Art. 87. O Ministério Público, constituído na forma da legislação própria, tem a função de zelar pela aplicação da lei.

Art. 88. Compete ao Ministério Público:

- I – comparecer às sessões do Tribunal com a declaração de ter estado presente;
- II – opinar, em parecer oral ou escrito, nos processos submetidos à sua apreciação pelo Tribunal Pleno, pela Câmara ou por Conselheiro;
- III – propor a instauração de Tomada de Contas Especial, quando vier a saber da existência de alcance ou de despesas ilegais;
- IV – interpor recursos previstos em lei e neste Regimento e manifestar-se sobre arresto de bens dos responsáveis julgados em débito;
- V – expor, em relatório anual, o andamento dos processos a seu cargo, durante o exercício encerrado;
- VI – levar ao conhecimento da administração fatos ou atos ilegais de que tenha conhecimento em virtude do cargo;
- VII – zelar pelo cumprimento das decisões e pela observância da jurisprudência do Tribunal;
- VIII – acompanhar, junto à Procuradoria Geral de Justiça, as providências decorrentes de Representações e Deliberações do Tribunal de Contas.

Art. 89. O Ministério Público, sempre que ouvido, se-lo-á ao final da instrução.

Parágrafo Único. O prazo para manifestação do Ministério Público será de 15 (quinze) dias, contados do recebimento do processo.

Art. 90. Os Procuradores de Justiça junto ao Tribunal de Contas poderão receber, oficialmente, em nome do Ministério Público, representações do Tribunal Pleno que versem sobre crimes detectados em processos, para as providências necessárias.

Art. 91. Aplicam-se aos Procuradores de Justiça que oficiem junto ao Tribunal de Contas o mesmo tratamento, suspeições e impedimentos atribuídos aos Conselheiros.

TÍTULO IV

DAS NORMAS PROCESSUAIS

CAPÍTULO I

DA DISTRIBUIÇÃO E INSTRUÇÃO DOS PROCESSOS

SEÇÃO I

DA DISTRIBUIÇÃO

Art. 92. Tão logo ingresse no Tribunal de Contas, o documento será autuado e distribuído, de maneira eqüitativa, no início de cada sessão plenária.

§ 1º O disposto no *caput* deste artigo não se aplica às contas dos Chefes do Poder Executivo Estadual e Municipal;

§ 2º Para as contas do Chefe do Poder Executivo Estadual, na primeira sessão ordinária de cada ano, obedecido o critério de antiguidade decrescente no cargo, será indicado pelo Plenário, em rodízio, o Conselheiro que elaborará o relatório e respectivo Parecer Prévio a ser submetido ao Tribunal Pleno.

§ 3º Deverão ser distribuídos para o Relator, por dependência, os autos que se relacionarem por conexão ou dependência, verificada de ofício, ou por provocação de qualquer Conselheiro ou do interessado, do representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, ou de órgão de instrução ou assessoramento do Tribunal, e serão julgados sempre na mesma sessão;

§ 4º Ao Presidente não serão distribuídos processos desde a sua posse, exceto nos casos expressos em lei e neste Regimento Interno.

§ 5º Caso o Conselheiro a quem for distribuído o processo se dê por impedido ou suspeito, ou tiver sua suspeição ou impedimento acolhidos pelo Tribunal Pleno ou pela Câmara, será realizado novo sorteio.

§ 6º Os processos distribuídos a Conselheiro que se afastar do exercício do cargo por mais de 60 (sessenta) dias serão redistribuídos.

§ 7º Os feitos distribuídos ao Conselheiro que assumiu a Presidência do Tribunal, passarão, automaticamente, ao Conselheiro que houver deixado aquela função.

SEÇÃO II

DA INSTRUÇÃO

Art. 93. Consideram-se urgentes, e nessa qualidade terão tramitação preferencial, os documentos e processos referentes a:

- I – solicitação de informações, de cópias de documentos e de relatórios de inspeção, formulados pela Assembléia Legislativa, Câmaras de Vereadores ou pelas respectivas comissões técnicas;
- II – pedido de informações em Mandado de Segurança ou outro procedimento judicial;
- III – consulta que pela sua natureza exija imediata solução;
- IV – pedidos de informações de órgãos de segurança ou das Forças Armadas;
- V – expediente relacionado com a liberação ou suspensão de pagamento de cota-parte de ICMS, na forma estabelecida na Lei Orgânica;
- VI – denúncia que revele, objetivamente, ocorrência de irregularidade grave;
- VII – casos em que do retardamento possa ocorrer grave prejuízo à Fazenda Nacional, estadual ou municipal e

VIII – outros assuntos que, a critério do Plenário ou do Presidente, sejam entendidos como tal.

Art. 94. Após distribuídos, os processos serão encaminhados ao relator, que determinará e presidirá a sua instrução.

§ 1º Instruídos os processos no prazo de 30 (trinta) dias pelos órgãos técnicos do Tribunal, deverá o Relator conceder aos interessados o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que se manifestem, caso apontada qualquer ilegalidade nas despesas ou irregularidade nas contas.

§ 2º Após, os processos retornarão aos órgãos técnicos para reanálise, se for o caso, e com parecer do Ministério Público o relator determinará as medidas saneadoras que entenda necessárias e, a seu critério, as requeridas pelo Ministério Público ou pela parte interessada ou propostas pelos órgãos técnicos.

§ 3º As medidas acima previstas incluem instrução complementar e audiência do Ministério Público.

§ 4º Os órgãos competentes da Diretoria Geral de Administração poderão sugerir diligências indispensáveis à instrução dos processos.

§ 5º É vedado ao servidor do Tribunal de Contas e a todos os que manuseiem os autos lançar no processo cotas marginais, interlineares ou anotações de qualquer natureza, bem como fazer rasuras ou emendas, salvo aquelas que lhe forem determinadas expressamente, bem assim reproduzir o processo, no todo ou em parte, por qualquer meio, sem autorização do relator ou do Presidente.

SEÇÃO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 95. Os órgãos do Tribunal de Contas, na instrução do processo, observarão os seguintes princípios:

I – descrição, com fidelidade do conteúdo processual, indicando a legislação pertinente e as infrações;

II – indicação precisa de todas as ocorrências e elementos que interessem ao exame da matéria e o facilitem ou tornem exeqüível;

III – emissão de pronunciamento conclusivo.

Art. 96. O requerimento de juntada de documento ou de diligência será decidido pelo relator.

Art. 97. Os processos protocolados não poderão sair do Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade de quem o consentir, salvo para auditoria ou inspeção, diligência autorizada pelo Relator ou por decisão do Tribunal Pleno ou das Câmaras.

SEÇÃO IV

DA RESTAURAÇÃO E RECOMPOSIÇÃO DE PROCESSOS

Art. 98. As informações das peças fundamentais em tramitação no Tribunal de Contas serão armazenadas em suporte adequado para fim de processamento eletrônico, gozando de presunção de fé pública, com objetivo de formação, quando necessário, de autos suplementares.

Parágrafo Único. O armazenamento e o registro de informações previstas no *caput* deste artigo

deverão ser conservados pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da decisão definitiva do Tribunal de Contas a que se referir, após o que poderão ser descartados.

Art. 99. Verificado o desaparecimento, extravio ou destruição de documento ou processo, será dada ciência ao Corregedor Geral, que se incumbirá de levar o fato ao conhecimento do Tribunal Pleno para as providências previstas na alínea “p” do inciso IV, do artigo 26, deste Regimento Interno, com vistas à apuração de responsabilidade.

§ 1º Caso os documentos ou processos não sejam recuperados no prazo de 30 (trinta) dias da instauração da sindicância ou do processo administrativo disciplinar, o Tribunal Pleno determinará sua recuperação através dos autos suplementares previstos no artigo 101, deste Regimento.

§ 2º Na impossibilidade de recomposição de processo ou documento, na forma prevista no artigo 101, o Tribunal Pleno determinará, de imediato, a formação de autos suplementares mediante a recuperação de dados existentes no próprio Tribunal, em órgãos ou entidades da Administração Pública ou em poder do interessado, desde que gozando de fé pública, ou por meios ordinários de prova.

§ 3º Se após a formação dos autos suplementares aparecerem os documentos ou processos originais, nestes prosseguirá a instrução e exame, apensando-se a eles os suplementares.

Art. 100. Caberá ao relator do processo original relatar os autos restaurados.

Art. 101. O responsável pelo desaparecimento, extravio ou destruição de documento ou processo em tramitação no Tribunal de Contas responderá pelo custo decorrente da formação de autos suplementares ou da respectiva restauração, sem prejuízo da responsabilidade civil, administrativa e penal que incorrer.

CAPÍTULO II

DA PRESTAÇÃO E DA TOMADA DE CONTAS

Art. 102. Prestação de contas é a apresentação voluntária e tempestiva ao Tribunal de Contas, por pessoa física ou jurídica, pública ou privada, órgão ou entidade do Estado ou Município, dos documentos por estes considerados hábeis e necessários à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nos termos da Lei Complementar n.º 11, de 18.12.1991.

Parágrafo Único. Os processos de comprovação de despesas de caráter reservado ou confidencial, sob a modalidade de adiantamento, serão instruídos com uma via do ato concessório do adiantamento, onde se estabelecerá prazo para aplicação do numerário, uma via da nota de empenho, com a qualificação do servidor responsável, e uma relação dos documentos das despesas realizadas com os respectivos valores, permanecendo em poder do ordenador de despesa do órgão os recibos para verificação, se necessário, pelo Tribunal de Contas.

Art. 103. Serão tomadas as contas de todos aqueles que, obrigados a prestá-las, não o tenham feito dentro do prazo legal.

Parágrafo Único. Caberá também Tomada de Contas nos casos de desfalque ou desvio de bens e no de falecimento do responsável, ou de vacância do cargo por qualquer causa, desde que não tenham sido apresentadas ao Tribunal de Contas, no prazo legal, devendo ser iniciada imediatamente e ultimada com maior presteza.

Art. 104. A Tomada de Contas Especial consiste na ação fiscalizadora levada a efeito pelo Tribunal de Contas, diante da notícia da ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos, ou, ainda, da prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo, antieconômico ou não razoável, de que resulte dano ao erário estadual ou municipal.

§1º A Tomada de Contas constitui processo uno, relativamente ao exercício financeiro e à gestão, ou somente quanto à gestão, e abrange:

I – as despesas realizadas por meio de adiantamentos, suprimentos, subvenções, auxílios e ajustes bilaterais;

II – as contas de almoxarifes, tesoureiros, encarregados de depósito de material e de todo e qualquer responsável pela guarda e administração de bens e valores;

III – os fundos especiais e assemelhados;

IV – todos os atos dos quais resulte movimentação de valores orçamentários e extraorçamentários, operacionais e extra-operacionais, praticados pelos ordenadores ou seus substitutos legais.

§ 2º É pessoal a responsabilidade do ordenador relativamente aos atos e fatos de sua gestão.

§ 3º A responsabilidade estender-se-á, solidariamente, aos responsáveis pelo controle interno quando, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela deixarem de dar ciência ao Tribunal de Contas.

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 105. O Tribunal de Contas, através de Instrução Normativa, estabelecerá normas para as prestações e tomadas de contas.

Art. 106. Concluída a tomada de contas, promoverá o Tribunal a responsabilidade do agente, aplicando, de imediato, as cominações a seu cargo, inclusive em face dos atrasos verificados.

CAPÍTULO III

DO PROCEDIMENTO E DOS DOCUMENTOS RELATIVOS

AOS PROCESSOS DE PRESTAÇÃO E TOMADA DE CONTAS

SEÇÃO I

DO PROCESSO E DO PROCEDIMENTO

() Redação dada pela Resolução nº 01 de 06.12.05:*

Art. 107. Os processos de prestação e tomada de contas de que trata o Capítulo II atenderão ao disposto nesta Seção e serão integrados por procedimentos de auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, consistentes em inspeções ou verificações in loco, e no exame dos documentos exigidos em lei e em Instrução Normativa, além da documentação comprobatória da receita e da despesa mantida em arquivo pelos responsáveis (NR).

Parágrafo Único. A instrução dos processos acima referidos será procedida pelo corpo técnico do Tribunal, segundo a sua área de competência e estabelecida em Instrução Normativa.

(*) *Redação anterior:*

~~Art. 107. Os processos de prestação e tomada de contas de que trata o Capítulo II atenderão ao disposto nesta Seção e serão integrados por procedimentos de auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, consistentes em inspeções ou verificações *in loco*, e no exame dos documentos exigidos em lei e neste Regimento, além da documentação comprobatória da receita e da despesa mantida em arquivo pelos responsáveis.~~

~~Parágrafo Único. A instrução dos processos acima referidos será procedida pelo corpo técnico do Tribunal, segundo a sua área de competência e estabelecida em Instrução Normativa.~~

Art. 108. As inspeções ou verificações *in loco* serão previamente programadas ou determinadas pela Presidência do Tribunal, atendendo, em cada caso, entre outros objetivos, aos seguintes:

- a) examinar, com vista à sua legitimidade, regularidade e economicidade, os atos praticados no exercício, dos quais resultem a arrecadação de receita e a realização de despesas, em conformidade com a competência constitucional do Tribunal de Contas;
- b) permitir formar juízo, quanto ao período examinado, a respeito da regularidade ou não das contas do exercício sob apreciação;
- c) considerar as falhas detectadas em verificações anteriores ou em exercícios precedentes, bem como as geralmente ocorrentes em órgãos ou entidades de semelhante natureza, apontando a sua eventual reiteração, tudo no propósito de ensejar a imediata adoção das providências corretivas necessárias e das sanções cabíveis.

Art. 109. Cada procedimento de inspeção será autuado após a realização da respectiva auditoria, pelo setor competente, que considerará o disposto no artigo anterior.

Parágrafo Único. Sempre que descrevam fatos ou situações que possam envolver dano ao erário, os relatórios ou seus anexos informarão, obrigatoriamente, dentre outros elementos, os valores correspondentes, devidamente quantificados e totalizados em UPF/MT ou outra unidade que venha a substituí-la, o período a que se referem, o nome dos responsáveis com os respectivos CPFs, qualificação, identificação e endereço, se for o caso.

SEÇÃO II

DAS CONTAS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL

Art. 110. O Tribunal de Contas emitirá Parecer Prévio, sobre as contas que o Chefe do Poder Executivo Estadual deve enviar, anualmente, à Assembléia Legislativa, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de seu recebimento, o qual será precedido de minucioso Relatório sobre o exercício financeiro encerrado.

Art. 111. O Conselheiro designado relator das Contas do chefe do Poder Executivo solicitará, de imediato, a formação de uma comissão constituída por servidores do Tribunal de Contas, para assessorá-lo no acompanhamento e na análise das contas do exercício, propondo, ainda, ao Presidente do Tribunal de Contas a adoção das providências necessárias ao desempenho de sua

função.

Art. 112. À comissão técnica designada para o exame e instrução das contas do chefe do Poder Executivo caberá o preparo de todos os elementos e informações necessárias ao seu exame e instrução, de modo a poder elaborar o respectivo relatório conclusivo.

Parágrafo Único. Para a realização de seus trabalhos a comissão poderá solicitar, por intermédio da Inspeção Geral de Controle Externo, a colaboração de outros setores para obtenção de subsídios na área de competência destes.

Art. 113. Concluído o relatório pela comissão designada, este será encaminhado ao Conselheiro relator, para elaboração de Relatório e Parecer, ou solicitação de esclarecimentos que, porventura, entenda necessários.

Art. 114. A forma procedimental e os prazos máximos, improrrogáveis, todos em dias corridos, para conclusão dos trabalhos de exame, instrução, Relatório e/ou Parecer a respeito do processo, da comissão, do Ministério Público e do relator, são os seguintes:

I – Comissão técnica designada, até o vigésimo quinto dia, contados da ciência do ato que a constituiu, devendo ser devolvido, com Parecer conclusivo ao relator;

II – Na eventualidade de impropriedades detectadas no Relatório da comissão técnica o relator poderá conceder ao chefe do Poder Executivo prazo de cinco dias para sua manifestação;

III - Relator: dois dias para envio ao Ministério Público junto ao Tribunal;

IV – Ministério Público: dez dias para emissão de Parecer conclusivo, devendo ser devolvido ao relator das contas dentro desse prazo;

V – Relator: dezoito dias para emissão de Relatório, voto e julgamento

Art. 115. Imediatamente após receber os trabalhos conclusivos da equipe técnica e do Ministério Público, o relator disponibilizará cópias aos demais Conselheiros.

Art. 116. Dentro do prazo concedido ao relator, este deverá apresentar o seu Relatório e a minuta do Parecer prévio ao Tribunal, disponibilizando cópias ao Presidente, Conselheiros e Procuradoria, e encaminhará os autos para a inclusão na pauta de julgamento e publicação no Diário Oficial do Estado.

Art. 117. A análise e manifestação nas contas do chefe do Poder Executivo pelo Tribunal de Contas é um procedimento instrutório, preliminar e de informação, não tendo, assim, caráter contencioso.

Art. 118. Os Balanços Gerais do Estado, que compõem as contas do governo, serão elaborados de conformidade com os dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

Art. 119. A convocação de representante da Administração para prestar esclarecimentos durante os debates ficará a critério do Tribunal Pleno, atendida a conveniência dos trabalhos e a observância do prazo constitucional para emissão do Parecer Prévio.

Art. 120. Se, em sessão, algum Conselheiro pedir vista do processo, será ela concedida, em comum e a todos, pelo prazo de 24 horas, ficando os autos à sua disposição na Secretaria do Pleno, fornecendo-lhe, o relator, a Inspeção Geral, ou os demais órgãos técnicos, as explicações que forem solicitadas.

Art. 121. Será indeferido *in limine* pelo relator, durante a tramitação do processo, e pelo Presidente, uma vez iniciado o julgamento, qualquer requerimento ou diligência que possa implicar na impossibilidade de o Tribunal emitir o Parecer prévio dentro do prazo constitucional.

§ 1º Se não for possível dentro do prazo constitucional a tradução e revisão das notas taquigráficas estas serão oportunamente encaminhadas em separado.

§ 2º Ficará arquivada, no Tribunal, a segunda via completa de todo o processado

Art. 122. A aplicação das normas regimentais referentes a tramitação e deliberação pertinentes às contas anuais do chefe do Poder Executivo estadual, bem como a solução das questões de ordem e de casos omissos, a serem decididos pelo Presidente do Tribunal, deverão observar o prazo constitucional para emissão do Parecer prévio.

(*) **Redação dada pela Resolução nº 01 de 06.12.05:**

Art. 123 – Os relatórios dos órgãos do sistema de controle interno sobre a execução dos orçamentos devem acompanhar as contas do chefe do Poder Executivo estadual e conterão os documentos previstos em Instrução Normativa (NR).

(*) **Redação anterior:**

~~Art. 123. Os relatórios dos órgãos do sistema de controle interno sobre a execução dos orçamentos que devem acompanhar as contas do chefe do Poder Executivo estadual, conterão, no mínimo, o seguinte:~~

~~I — o montante dos recursos aplicados na execução de cada um dos programas incluídos no orçamento anual;~~

~~II — a posição da conta “Restos a Pagar”;~~

~~III — a execução do Programa Financeiro de Desembolso e o comportamento em relação à previsão, bem como, quando for o caso, as razões determinantes do déficit financeiro;~~

~~IV — as providências tomadas para eliminar a sonegação e racionalizar a arrecadação, indicando os resultados obtidos;~~

~~V — as medidas adotadas, no campo das finanças públicas, com o objetivo de assegurar a boa gestão dos dinheiros públicos;~~

~~VI — a posição dos financiamentos externos contratados pelos órgãos da administração estadual;~~

~~VII — o montante dos avais do Tesouro do Estado, concedidos no exercício, e as responsabilidades existentes;~~

~~VIII — os trabalhos desenvolvidos com relação à contabilidade de custos e avaliação da~~

~~produtividade dos serviços públicos, bem como os resultados alcançados;~~

~~IX — o montante de recursos aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde e os critérios utilizados para apuração do quantum.~~

(*) *Revogado pela Resolução nº 01, de 06.12.05*

~~Art. 124. Juntamente com o relatório mencionado no caput do artigo anterior deverão ser encaminhados ao Tribunal, em duas vias, os seguintes documentos, elaborados em conformidade com a Lei 4.320/64 ou outra que venha a sucedê-la:~~

~~I—Ofício de encaminhamento;~~

~~II—Balancetes Orçamentário, Financeiro e Patrimonial;~~

~~III—Demonstração das variações patrimoniais;~~

~~IV—Demonstrativos:~~

~~a) da execução orçamentária;~~

~~b) do movimento de fundos;~~

~~c) das despesas executadas na manutenção e desenvolvimento do ensino, destacando as do ensino fundamental;~~

~~d) das despesas com ações e serviços na área da saúde;~~

~~e) das despesas com pessoal, apontando os critérios utilizados para a apuração do quantum;~~

~~f) demonstrativo, no último ano de mandato, das despesas contraídas nos dois últimos~~

~~quadrimestres.~~

~~V—Relação:~~

~~a) dos repasses concedidos e recebidos;~~

~~b) dos adiantamentos concedidos;~~

~~c) dos convênios, contratos, auxílios, acordos, ajustes e congêneres;~~

~~d) dos restos a pagar processados e não processados.~~

~~VI—Extrato e conciliação bancários;~~

~~VII—Relatório circunstanciado sobre as contas, elaborado pelo Chefe do Poder Executivo estadual;~~

~~VIII—Cópia da publicação dos Balancetes no Diário Oficial do Estado.~~

Art. 125. É vedado, sob pena de responsabilidade, o recebimento por qualquer outro órgão ou servidor do Tribunal de expediente relativo às contas anuais do chefe do Poder Executivo, devendo o órgão ou servidor, eventualmente procurado, encaminhar pessoalmente o portador ao relator das contas.

SEÇÃO III

DAS CONTAS DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA,

DO PODER JUDICIÁRIO E

DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Art. 126. Os Balancetes Financeiros e Orçamentários da Mesa da Assembléia Legislativa, do Poder Judiciário e Procuradoria Geral de Justiça serão remetidos no prazo de 30 (trinta) dias, após o encerramento do mês a que se referirem, ao Tribunal de Contas, elaborados em

conformidade com a Lei 4.320/64 ou outra que venha a sucedê-la.

Art. 127. Os Balanços Anuais da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, do Poder Judiciário e da Procuradoria Geral de Justiça serão enviados ao Tribunal de Contas, no prazo de 60 (sessenta) dias após, a abertura dos trabalhos da sessão legislativa anual e do ano judiciário, respectivamente.

(*) *Redação dada pela Resolução nº 01 de 06.12.05:*

Art. 128 – A documentação exigível para instrução dos feitos desta Seção estará prevista em Instrução Normativa (NR).

(*) *Redação anterior:*

~~Art. 128. A documentação exigível para instrução dos feitos desta Seção será a mesma constante da Seção II, deste Capítulo, no que couber.~~

SEÇÃO IV

DAS CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO

(*) *Redação dada pela Resolução nº 01 de 06.12.05:*

Art. 129. Deverão ser remetidos pelos respectivos Secretários:

I – no prazo de 30 (trinta) dias do encerramento do mês, os balancetes financeiros e orçamentários, elaborados em conformidade com a Lei 4.320/64 ou outra que venha a substituí-la, instruídos com a documentação prevista em Instrução Normativa (NR);

II – no prazo de 60 (sessenta) dias, após o encerramento do exercício, o balanço geral, instruído com a documentação prevista em Instrução Normativa (NR).”

(*) *Redação anterior:*

~~Art. 129. Deverão ser remetidos pelos respectivos Secretários:~~

~~I – no prazo de 30 (trinta) dias do encerramento do mês, os balancetes financeiros e orçamentários, elaborados em conformidade com a Lei 4.320/64 ou outra que venha a substituí-la, instruídos com a documentação constante da Seção V deste Capítulo, no que couber;~~

~~II – no prazo de 60 (sessenta) dias, após o encerramento do exercício, o balanço geral, instruído com a documentação constante da Seção V deste Capítulo, no que couber.~~

SEÇÃO V

DAS AUTARQUIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES

(*) *Redação dada pela Resolução nº 01 de 06.12.05:*

Art. 130. Deverão ser remetidos pelos respectivos Presidentes:

I – no prazo de 30 (trinta) dias, contados do encerramento do mês, os balancetes financeiros e orçamentários, acompanhados dos documentos previstos em Instrução Normativa (NR).”

(*) *Redação anterior:*

~~Art. 130. Deverão ser remetidos pelos respectivos Presidentes:~~

~~I – no prazo de 30 (trinta) dias, contados do encerramento do mês, os balancetes financeiros e orçamentários, acompanhados dos comparativos da Receita Orçada com a Arrecadada, e da Despesa autorizada com a realizada no mês anterior, instruídos os primeiros com a seguinte documentação:~~

~~a) comprovantes das Receitas Extra-Orçamentárias decorrentes de depósitos e de outros créditos e valores de natureza financeira, recolhidos à Tesouraria, independentemente de autorização orçamentária;~~

~~b) exemplar de todo e qualquer ato de abertura de créditos adicionais, ou de remanejamento;~~

~~c) relação dos empenhos emitidos, devendo constar: nome do beneficiário, valor e dotação;~~

~~d) relação nominal dos responsáveis por adiantamento, devendo constar: valor, número do empenho e dotação;~~

~~e) relação nominal dos beneficiários de diárias, devendo constar: valor, cargo ou função que exerce e o número do empenho;~~

~~f) exemplares dos documentos probatórios da existência efetiva do saldo transferido para mês seguinte, consistente em: comprovação de saldo através de extratos fornecidos pelos estabelecimentos bancários em que a entidade mantenha depósitos e Termo de Verificação de Saldo passado pelo Tesoureiro e visado pelo responsável do Setor Financeiro;~~

~~g) relatório da execução orçamentária e financeira;~~

~~h) relação das despesas pagas no mês;~~

~~i) relação dos recursos recebidos;~~

~~j) relação do pessoal admitido e demitido no mês, sendo observado o disposto no artigo 148, da Constituição Estadual.~~

(*) Redação dada pela Resolução nº 03 de 14.08.03:

II – até o último dia do mês de março do ano seguinte ao do exercício em exame, o balanço geral com o pronunciamento conclusivo do Secretário de Estado a que estiver vinculado o órgão, acompanhado dos documentos previstos em Instrução Normativa.

(*) Redação anterior:

~~II – até o último dia do mês de março do ano seguinte ao do exercício em exame, o balanço geral com o pronunciamento conclusivo do Secretário de Estado a que estiver vinculado o órgão, acompanhado dos seguintes documentos:~~

~~a) ofício de encaminhamento;~~

~~b) relatório;~~

~~c) balanços: orçamentário, financeiro e patrimonial;~~

~~d) demonstração das variações patrimoniais;~~

~~e) demonstração da dívida fundada interna;~~

- ~~f) demonstraco da dvida flutuante;~~
- ~~g) comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada e da Despesa Autorizada com a Realizada;~~
- ~~h) demonstraco das Receitas Extra-Orçamentárias, decorrentes de depósitos recebidos e outros créditos e valores de natureza financeira, recolhidos à Tesouraria, independentemente de autorização orçamentária;~~
- ~~i) relação de todo e qualquer ato de abertura de créditos adicionais;~~
- ~~j) relação das Licitações;~~
- ~~l) relação nominal dos beneficiários por adiantamento, devendo constar: valor, número do empenho e dotação;~~
- ~~m) relação nominal dos beneficiários de diárias, devendo constar: valor, cargo ou função que exerce e o número do empenho;~~
- ~~n) extrato bancário em que conste o saldo em 31 de dezembro, acompanhado da respectiva conciliação;~~
- ~~o) exemplar do Diário Oficial que tenha publicado os balanços;~~
- ~~p) relação dos Restos a Pagar processados e não processados;~~
- ~~q) demonstrativo dos convênios, contratos, acordos, ajustes, auxílios e congêneres;~~
- ~~r) relação dos repasses recebidos e concedidos.~~

Parágrafo nico. O não-cumprimento destas obrigações, dentro dos prazos estabelecidos neste artigo, implicará em representação da Inspetoria Geral ao relator, que decidirá sobre as providências cabíveis.

Art. 131. De posse da documentação de que trata o artigo anterior, o Tribunal procederá ao seu exame, determinando as diligências que se fizerem necessárias e julgará, afinal, da legalidade ou não da Receita e Despesa e da gestão.

Art. 132. O Tribunal determinará, a qualquer tempo, as medidas necessárias ao esclarecimento de todo e quaisquer atos das autoridades quanto  Administração Financeira.

Art. 133. Nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonegado ao Tribunal de Contas em suas inspeções, sob qualquer pretexto, na forma da legislação em vigor.

§ 1º Em caso de sonegação, o Conselheiro Relator assinar prazo para apresentação da documentação ou informação solicitada e, não sendo atendido, adotará as providências cabíveis.

§ 2º A contabilidade das Autarquias e Fundações obedecerá às normas gerais de direito financeiro e demais disposições aplicáveis, atendidas as peculiaridades de cada entidade.

SEÇÃO VI

DOS ENTES PARAESTATAIS

Art. 134. A fiscalização do Tribunal de Contas nas Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e demais entes paraestatais, compreender:

- I – o desempenho da Auditoria Financeira e Orçamentária dessas entidades;

II – o julgamento de suas respectivas prestações de contas anuais.

(*) **Redação dada pela Resolução nº 01 de 06.12.05:**

Art. 135 - Para o fim previsto no artigo anterior, deverão os titulares do órgão a que estejam vinculados os entes paraestatais remeter ao Tribunal de Contas, até o último dia do mês de março do ano seguinte ao do exercício em exame, os documentos previstos em Instrução Normativa (NR).

(*) **Redação anterior:**

~~Art. 135. Art. 135. Para o fim previsto no artigo anterior, deverão os titulares do órgão a que estejam vinculados os entes paraestatais remeter ao Tribunal de Contas, até o último dia do mês de março do ano seguinte ao do exercício em exame, os documentos seguintes:~~

~~I – relatório anual, balanço geral e exemplar do Diário Oficial que os tenha publicado;~~

~~II – parecer dos órgãos internos que devam se pronunciar sobre as contas, bem como o extrato bancário de que conste o saldo em 31 de dezembro, acompanhado da respectiva conciliação;~~

~~III – pronunciamento conclusivo do titular da pasta a que estiver vinculada a entidade;~~

~~IV – ofício de encaminhamento;~~

~~V – relatório da Diretoria ou da Administração;~~

~~VI – balanço Patrimonial;~~

~~VII – demonstração do resultado do exercício;~~

~~VIII – demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, ou demonstração das mutações patrimoniais;~~

~~IX – demonstração das origens e aplicação dos recursos;~~

~~X – notas explicativas;~~

~~XI – parecer do Conselho Fiscal;~~

~~XII – Parecer de Auditoria Independente;~~

~~XIII – demonstrativo da Execução Orçamentária referente aos repasses recebidos do Estado;~~

~~XIV – demonstrativo dos convênios, contratos, acordos, ajustes, auxílios e congêneres;~~

~~XV – demonstrativo dos adiantamentos concedidos;~~

~~XVI – demonstrativo das Licitações.~~

§ 1º Decorrido o prazo referido neste artigo, sem atendimento, a Inspeção Geral representará ao relator.

§ 2º Recebida a representação, o relator oficiará a respeito ao titular do Poder/Órgão a que

estiver vinculada a entidade, dando ciência ao Plenário e, após 30 dias, se for o caso, adotará as providências estabelecidas em lei.

SEÇÃO VII

DAS CONTAS E RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL

DO TRIBUNAL DE CONTAS

Art. 136. Aos balancetes mensais, balanço geral e relatórios de gestão fiscal do Tribunal de Contas, aplicam-se as regras pertinentes à matéria.

Art. 137. Trimestral e anualmente, o Tribunal de Contas enviará à Assembléia Legislativa relatório das suas atividades.

Art. 138. No Relatório Anual, o Tribunal analisará a evolução dos custos, do controle e da sua eficiência, eficácia e economicidade.

Art. 139. Nos 30 (trinta) dias seguintes ao encerramento de cada mês, o Tribunal apresentará balancete da Receita e Despesa e, 60 (sessenta) dias após a abertura da sessão legislativa, balanço geral à Assembléia Legislativa, sendo os balancetes e o balanço geral previamente apreciados pelo Tribunal.

SEÇÃO VIII

DAS CONTAS DO PREFEITO E DAS

MESAS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS

SUBSEÇÃO I

DA REMESSA DO ORÇAMENTO AO TRIBUNAL

() Redação dada pela Resolução nº 01 de 06.12.05:*

Art. 140 - Os Prefeitos deverão remeter ao Tribunal de Contas um exemplar do Orçamento Municipal Anual e Plurianual de Investimentos, composto dos documentos previstos em Instrução Normativa, até o dia 15 de janeiro, e as alterações posteriores até o décimo dia de sua edição, para controle da fiscalização orçamentária, acompanhado do respectivo comprovante de publicação (NR).

() Redação anterior:*

~~**Art. 140. Os Prefeitos deverão remeter ao Tribunal de Contas um exemplar do Orçamento Municipal Anual e Plurianual de Investimentos, até o dia 15 de janeiro, e as alterações posteriores até o décimo dia de sua edição, para controle da fiscalização orçamentária, acompanhado do respectivo comprovante de publicação.**~~

Art. 141. Se o orçamento não chegar ao Tribunal até a data mencionada no artigo anterior, opinará esta Corte pela rejeição do balancete de janeiro, por impossibilidade do controle referido, assim o fazendo em relação aos balancetes dos meses subsequentes, enquanto a Lei Orçamentária do Município não lhe for apresentada.

Art. 142. Se o orçamento municipal apresentar erro ou vício que torne impossível ou impraticável o exercício da fiscalização financeira, representará o Tribunal ao Prefeito e ao Presidente da

Câmara sobre a ilegalidade ou inconstitucionalidade observada, suspendendo, na apreciação do orçamento, a aplicabilidade dos dispositivos impugnados.

SUBSEÇÃO II

DA APRESENTAÇÃO DOS BALANCETES E DOS SEUS

ENCAMINHAMENTOS AO TRIBUNAL

Art. 143. Os Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal deverão remeter mensalmente ao Tribunal de Contas os balancetes financeiro e orçamentário, até o último dia do mês subsequente, e deverão consignar os resultados da gestão financeira municipal referentes a cada mês, para tanto demonstrando a receita e a despesa orçamentária do período e os recebimentos e pagamentos de natureza extra-orçamentária nele efetuados, conjugados com o saldo em espécie provindo do exercício anterior, e aquele que se transfere para o mês seguinte.

§ 1º Transcorrido o prazo sem que ocorra o encaminhamento previsto no *caput* deste artigo, será dada ciência do fato ao Presidente da Câmara Municipal, para as providências pertinentes.

§ 2º Os balancetes e anexos não sendo remetidos no prazo de que trata o *caput* deste artigo, constituirá, mediante Decisão Administrativa do Tribunal Pleno, motivo de suspensão de transferência de quaisquer recursos do Estado ao Município, bem como daqueles já concedidos e não recebidos.

Art. 144. Os balancetes financeiros e orçamentários deverão ser elaborados em conformidade com a Lei Federal n.º 4.320/64 ou outra que venha sucedê-la.

(*) *Redação dada pela Resolução nº 01 de 06.12.05:*

Art. 145. Deverão, obrigatoriamente, acompanhar os balancetes mensais das Prefeituras e das Câmaras Municipais os documentos previstos em Instrução Normativa (NR).

(*) *Redação anterior:*

~~Art. 145. Deverão, obrigatoriamente, acompanhar os balancetes mensais das Prefeituras e das Câmaras Municipais os seguintes documentos:~~

~~I — Das Prefeituras:~~

~~1 — o demonstrativo Analítico da Receita e Despesa compreendendo:~~

~~a) comparativo da receita prevista com a arrecadada;~~

~~b) comparativo da despesa autorizada com a realizada.~~

~~2 — os comprovantes de recolhimento de Receitas Federais aos cofres do Município, em decorrência de entrega, distribuição ou transferência feitas pela União;~~

~~3 — os comprovantes de recolhimento do Imposto Territorial Rural;~~

~~4 — os Comprovantes do Recebimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores, parcela entregue no mês ao Município, pelo Estado, em cumprimento a determinação constitucional;~~

~~5 — o Quadro das Rendas locais arrecadadas no mês, assinado pelo Prefeito e~~

~~Secretário de Fazenda, ou quem suas vezes fizer, em qualquer caso visado pelo representante da Câmara Municipal;~~

~~6 — os comprovantes de Receita Extra-Orçamentária, decorrentes de depósitos recebidos e de outros créditos e valores de natureza financeira, recolhidos à Tesouraria, independentemente de autorização orçamentária;~~

~~7 — comprovantes de pagamento de despesas extra-orçamentárias, em especial, a previdenciária e imposto de renda;~~

~~8 — exemplares dos decretos de abertura de créditos adicionais, bem como das leis que os tenham autorizado, salvo se a autorização quanto aos créditos suplementares constar da própria Lei Orçamentária, caso em que somente o ato de abertura do crédito baixado pelo Prefeito será necessário;~~

~~9 — relação dos processos licitatórios realizados no mês;~~

~~10 — relação dos contratos, convênios e congêneres celebrados no mês, ou declaração da não realização, se for o caso;~~

~~11 — extratos mensais de todas as contas bancárias;~~

~~12 — conciliações bancárias;~~

~~13 — termo de verificação de saldo passado pelo Tesoureiro ou Secretário de Finanças, conferido por outro funcionário e visado pelo Prefeito;~~

~~14 — relações das despesas empenhadas, liquidadas e pagas, em ordem seqüencial, discriminando a classificação funcional programática, as respectivas dotações, valores, datas e beneficiários;~~

~~15 — relação dos empenhos a pagar;~~

~~16 — demonstrativo das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde;~~

~~17 — folha de Pagamento dos subsídios do Prefeito e vice-Prefeito;~~

~~18 — relação de pessoal admitido e demitido no mês.~~

~~II — Das Câmaras Municipais:~~

~~1 — Deverão acompanhar os balancetes os seguintes documentos:~~

~~a) demonstrativo do duodécimo recebido;~~

~~b) comparativo da despesa autorizada com a realizada.~~

~~2 — comprovantes de receitas extra-orçamentárias decorrentes de depósitos recebidos e de outros créditos e valores de natureza financeira, recolhidos à Tesouraria, independentemente de autorização orçamentária; caso negativo, fazer constar declaração a respeito;~~

~~3 — comprovantes de pagamento de despesas extra-orçamentárias, em especial, a previdenciária e imposto de renda;~~

~~4 — relação dos processos licitatórios realizados no mês;~~

~~5 — relação dos contratos, convênios e congêneres celebrados no mês, ou~~

- ~~declaração da não realização, se for o caso;~~
- ~~6 — extratos mensais de todas as contas bancárias;~~
- ~~7 — conciliações bancárias;~~
- ~~8 — termo de verificação de saldo passado pelo Tesoureiro, conferido por outro funcionário e assinado pelo Presidente;~~
- ~~9 — exemplares dos decretos de abertura de créditos adicionais, abertos pelo Executivo a favor da Câmara, bem como das leis que tenham autorizado, salvo se a autorização quanto aos créditos suplementares constar da própria Lei Orçamentária, bastando neste caso, somente cópia do ato de abertura do crédito;~~
- ~~10 — relações das despesas empenhadas, liquidadas e pagas, em ordem seqüencial, discriminando a classificação funcional programática, as respectivas dotações, valores, datas e beneficiários;~~
- ~~11 — relação dos empenhos a pagar;~~
- ~~12 — folha de pagamento dos subsídios dos vereadores;~~
- ~~13 — relação de pessoal admitido e demitido no mês.~~

SUBSEÇÃO III

DO PROCESSAMENTO

Art. 146. As contas anuais do Prefeito e da Mesa da Câmara serão remetidas ao Tribunal de Contas pelos responsáveis dos respectivos Poderes, no dia seguinte ao término do prazo estabelecido no artigo 209, da Constituição do Estado.

Art. 147. Recebidas as contas referidas no artigo anterior serão autuadas e distribuídas, por dependência, ao relator previamente sorteado para as contas anuais do município, mediante o seguinte critério:

- I – na penúltima sessão plenária de cada ano o Presidente do Tribunal apresentará relação dos órgãos jurisdicionados, por categoria e ordem alfabética, para efeito de distribuição;
- II – o Conselheiro designado será relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária, das contas anuais das Prefeituras e das Mesas das Câmaras Municipais, das entidades da administração indireta dos Municípios, bem como dos balancetes, dos relatórios resumidos da execução orçamentária e de gestão fiscal, contratos, convênios e tudo o mais que se relacionar com o Município.

Art. 148. Se constatada pelo órgão responsável pela instrução do processo a falta de documentos que não permitam a elaboração de manifestação favorável, será o fato comunicado ao Relator, que oficiará ao Prefeito ou ao Presidente da Câmara Municipal para que providenciem a remessa, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da sua ciência.

Art. 149. Do resultado do exame *in loco*, deverá o Relator conceder aos interessados prazo de 15 (quinze) dias de seu recebimento, prorrogável a critério do Relator, por igual período uma única vez, para manifestação.

SUBSEÇÃO IV

DOS BALANÇOS DAS PREFEITURAS E DAS CÂMARAS

Art.150. Os balanços orçamentário, financeiro, patrimonial e demonstração das variações patrimoniais deverão ser elaborados em conformidade com os modelos constantes da Lei n.º 4.320/64, ajustados às respectivas peculiaridades.

(*) *Redação dada pela Resolução nº 01 de 06.12.05:*

Art. 151 - Deverão obrigatoriamente acompanhar os balanços, os documentos previstos em Instrução Normativa (NR).

(*) *Redação anterior:*

~~Art. 151. Deverão obrigatoriamente acompanhar os balanços citados, os seguintes documentos:~~

~~1 — ofício de encaminhamento;~~

~~2 — relatório das atividades desenvolvidas no exercício financeiro;~~

~~3 — relação dos Créditos Adicionais;~~

~~4 — relação dos Restos a Pagar processados e não processados;~~

~~5 — demonstrativo dos convênios, ajustes, contratos e congêneres;~~

~~6 — demonstrativo dos adiantamentos concedidos;~~

~~7 — demonstrativo das Licitações;~~

~~8 — extratos bancários que conste o saldo em 31 de dezembro, acompanhados da respectiva conciliação;~~

~~9 — documento comprobatório da publicação da Execução Orçamentária, nos termos do § 3º, do artigo 162, da Constituição Estadual;~~

~~10 — relação do pessoal admitido e demitido;~~

~~11 — demonstrativo das despesas executadas na manutenção e desenvolvimento de ensino, destacando as do ensino fundamental;~~

~~12 — demonstrativo das despesas com ações e serviços na área de saúde;~~

~~13 — demonstrativo das despesas com pessoal e os critérios utilizados para apuração do quantum;~~

~~14 — demonstrativo, no último ano de mandato, das despesas contraídas no dois últimos~~

~~quadrimestres.~~

SUBSEÇÃO V

DOS BALANCETES E BALANÇOS DAS

ENTIDADES AUTÁRQUICAS E PARAESTATAIS MUNICIPAIS

(*) *Redação dada pela Resolução nº 01 de 06.12.05:*

Art. 152. Os balancetes e balanços dos entes paraestatais, autarquias, fundos e fundações municipais, deverão ser remetidos ao Tribunal, constando os documentos previstos em Instrução Normativa (NR).

(*) Redação anterior:

~~Art. 152. Com os balancetes e balanços dos entes paraestatais, autarquias, fundos e fundações municipais, deverão ser remetidos ao Tribunal os mesmos documentos, no mesmo prazo, exigidos para as entidades estaduais correspondentes.~~

Parágrafo Único. Ficam excluídas da exigência de remessa de balancetes mensais ao Tribunal de Contas, as sociedades de economia mista.

Art. 153. A emissão de Parecer Prévio às contas dos Prefeitos seguirá o mesmo processamento adotado para as contas do Chefe do Poder Executivo Estadual, no que couber.

CAPÍTULO IV

DO JULGAMENTO

Art. 154. As contas e os relatórios de Gestão Fiscal serão julgados à vista dos elementos que os constituem, assegurando-se aos responsáveis a ampla defesa.

Art. 155. Ao julgar as contas e os relatórios mencionados no artigo anterior, o Tribunal decidirá se estas são regulares, regulares com ressalvas ou irregulares, apontando, conforme o caso, a responsabilidade dos gestores e a penalidade aplicada.

Art. 156. As contas e os relatórios de Gestão Fiscal serão julgados:

- I – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão do responsável;
- II – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falha de natureza formal, ou ainda a prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, que não seja de natureza grave e que não represente injustificável dano ao erário;
- III – irregulares, quando comprovada a ocorrência de:
 - a) omissão no dever de prestar as contas ou de publicar os relatórios;
 - b) grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial;
 - c) dano ao erário, decorrente de ato ilegítimo ou antieconômico;
 - d) desfalque, desvio de dinheiros, bens ou valores públicos.

Parágrafo Único. O Tribunal poderá julgar irregulares as contas no caso de reincidência no descumprimento de determinação de que o responsável tenha tido ciência, feito em processo de tomada ou prestação de contas.

CAPÍTULO V

DO PARECER DO TRIBUNAL

Art. 157. O Tribunal emitirá Parecer Prévio nas contas anuais do Chefe do Poder Executivo Estadual e Municipal e do Tribunal de Contas, o qual:

- I – evidenciará os resultados consignados nos balanços;
- II – apontará os abusos, irregularidades e ilegalidades;
- III – concluirá opinando pela aprovação ou rejeição das contas, conforme o caso, ressalvando o fato de que sua manifestação se baseou, exclusivamente, no exame de documentos de

veracidade ideológica apenas presumida.

Parágrafo Único. Após o Parecer, o Tribunal arquivará, devidamente conferidas, as segundas vias dos documentos apresentados e exigidos pela Lei n.º 4.320/64.

Art. 158. O Tribunal não poderá emitir Parecer sobre as contas do Município enquanto não tiver recebido o Orçamento Anual e o balancete relativo ao mês de dezembro do exercício a que se refere o balanço, ressalvado o disposto no Parágrafo Único deste artigo.

Parágrafo Único. Se recebidas as contas anuais e estas não puderem ser examinadas por falta do balancete de dezembro, não enviado ou não restituído ao Tribunal, a este será lícito opinar pela rejeição daquelas contas, independentemente do seu exame.

Art. 159. Julgadas pela Câmara Municipal as contas anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal, uma via da Decisão a elas respeitante será encaminhada ao Tribunal, até o último dia do mês subsequente da sua edição, acompanhada do respectivo comprovante da publicidade e da ata da sessão de julgamento.

Parágrafo Único. Se a respectiva Câmara Municipal aprovar as contas do Chefe do Poder Executivo Municipal que obteve do Tribunal Parecer Prévio desfavorável, a Corte de Contas poderá, após a formação de processo contendo a decisão mencionada no *caput* deste artigo, cópia dos relatórios da equipe técnica do Tribunal, do Relatório do Conselheiro Relator, do Parecer Prévio do Tribunal Pleno e da ata da sessão de julgamento circunstanciado proferido pela Câmara Municipal, encaminhá-lo de ofício ao Ministério Público Estadual para as providências.

TÍTULO V

DAS NORMAS DE CONTROLE EXTERNO

CAPÍTULO I

DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA, OPERACIONAL E PATRIMONIAL

Art. 160. O controle externo tem por escopo a vigilância, orientação e correção, prévias ou posteriores de atos, decisões e atividades materiais da administração, tendo em vista o cumprimento dos princípios constitucionais.

Art. 161. Constituem elementos da função administrativa de controle externo:

- I – a verificação ou constatação de atos e fatos da administração;
- II – o juízo de legalidade e de mérito, considerando os princípios da legitimidade, economicidade, razoabilidade, moralidade e eficiência;
- III – a orientação pedagógica de caráter preventivo ou da eventual providência a ser adotada pela administração.

§ 1º O Tribunal de Contas deverá manter o Poder informado das irregularidades e ilegalidades apuradas, ensejando a adoção de medidas saneadoras com vistas a evitar ou reduzir o dano à Administração Pública, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em lei e neste Regimento aos responsáveis.

§ 2º O Tribunal de Contas deverá orientar seus jurisdicionados a respeito da aplicação de normas relativas à administração financeira, contábil, orçamentária, operacional e patrimonial, sem

prejuízo da fiscalização prevista em lei e neste Regimento.

Art. 162. Para os fins deste Regimento, no que diz respeito ao exercício do controle externo pelo Tribunal de Contas dos atos e fatos administrativos, considera-se:

I – legalidade, a conformidade dos atos e fatos da administração com a lei, na consecução do interesse público;

II – legitimidade, o atendimento do interesse público e da cidadania;

III – economicidade, a otimização da aplicação dos recursos públicos, inclusive em face da relação custo/benefício;

IV – razoabilidade, o ajustamento da motivação à racionalidade, em função do senso comum, aceitável na coletividade;

V – moralidade, a submissão do agente público ao conjunto de regras de conduta inerente à disciplina interior e aos valores da administração;

VI – eficiência, a imposição de um modo de atuar que produza resultados favoráveis à consecução dos fins que cabe ao Estado alcançar.

Art. 163. O controle externo da administração pública será exercido em todos os níveis, inclusive pelo acompanhamento da execução dos programas, projetos e atividades e da movimentação de recursos orçamentários e extra-orçamentários, aqui compreendidos, os fundos especiais ou de natureza contábil, com a finalidade de avaliar os resultados quanto à eficácia e efetividade da gestão financeira, orçamentária, contábil, patrimonial e operacional dos órgãos e entidade sob jurisdição do Tribunal de Contas do Estado e o respeito aos princípios constitucionais e administrativos estabelecidos.

Art. 164. No exercício do controle externo o Tribunal de Contas considerará:

I – a estrutura e o funcionamento dos órgãos e entidades jurisdicionados;

II – as peculiaridades das autarquias, fundos e fundações, bem como o objetivo, métodos, normas e natureza das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entes parastatais;

III – os níveis de endividamento dos órgãos e entidades fiscalizados, com a discriminação de suas fontes e usos, prazos de carência, de amortização, juros e respectivo perfil da dívida;

IV – a análise da aplicação de recursos provenientes de operações de crédito, com o objetivo de observar sua produtividade e seus reflexos na economia estadual ou municipal.

Art. 165. As ações de controle externo considerarão também o grau de confiabilidade do sistema de controle interno, ao qual cabe:

I – avaliar o cumprimento das metas do Plano Plurianual, a execução do Programa de Governo e do Orçamento;

II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficiência e efetividade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e contábil dos órgãos e entidades da administração direta e indireta;

III – exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos haveres e direitos do Estado;

IV – apoiar o controle externo no exercício de sua missão constitucional.

CAPÍTULO II

DA AUDITORIA E DA INSPEÇÃO

Art. 166. A auditoria realizada pelo Tribunal de Contas consiste no exame objetivo, isento de emissão de juízos pessoais e imotivados, independente e sistêmico, das operações orçamentárias, financeiras e administrativas e de qualquer natureza, objetivando verificar os resultados dos respectivos programas, sob os critérios de legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade, tendo em vista sua eficiência e eficácia.

Parágrafo Único. A atividade de controle externo de que trata este artigo será exercida por equipe interdisciplinar, de forma integrada e concomitante com a execução dos atos e fatos investigados, abrangendo as ações da administração direta e indireta e as daqueles responsáveis pela guarda de dinheiro, bens e valores públicos.

Art. 167. O Tribunal de Contas realizará nos órgãos e entidades sob sua jurisdição, inclusive para atender a solicitação da Assembléia Legislativa, Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, das Câmaras Municipais e Comissões Técnicas ou de Inquérito, auditorias e inspeções com a finalidade de:

- I – exercer o controle contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial dos fatos e atos administrativos das respectivas unidades, quanto aos aspectos de legalidade, legitimidade, moralidade, economicidade, razoabilidade e eficiência;
- II – avaliar a organização, eficiência e eficácia do controle interno;
- III – acompanhar a execução dos planos, programas e projetos das unidades, quanto aos aspectos de economia, eficiência e efetividade;
- IV – fornecer elementos para julgamento ou emissão de Parecer Prévio às contas submetidas ao seu exame.

Art. 168. As auditorias classificam-se em:

- I – programadas, incluídas em um plano anual, segundo critério de sorteio de órgão e equipe, cuja alteração só ocorrerá se as circunstâncias, devidamente justificadas, assim o determinarem;
- II – especiais, cuja realização depende da ocorrência de situações específicas não previstas no plano anual;
- III – de irregularidade, quando se evidenciar a ocorrência de fatos ou a prática de atos que, configurando ilícito administrativo ou penal, possam causar dano ao erário ou ao patrimônio público.

Parágrafo Único. O plano anual de auditoria deverá dar preferência aos programas prioritários do governo, àqueles de importância estratégica para o desenvolvimento do Estado ou Município, de amplo alcance social ou que demandem grandes investimentos.

Art. 169. No exercício de sua competência, o Tribunal de Contas poderá determinar também a realização das inspeções que considerar necessárias, com o objetivo de:

- I – verificar o cumprimento de suas decisões por seus jurisdicionados;
- II – obter dados ou informações sobre a ocorrência de fatos ou a prática de atos, objeto de denúncia ou representação;

III – suprir omissões e falhas ou esclarecer pontos duvidosos relativos a documentos ou processos;

IV – verificar a ocorrência de fatos ou a prática de atos circunscritos a determinadas situações e que não podem ser objeto de auditoria.

Parágrafo Único. As inspeções e auditorias serão realizadas por determinação do Presidente do Tribunal de Contas, nos termos deste Regimento.

Art. 170. Para a apuração de atos e fatos administrativos, no exercício do efetivo controle externo, o Tribunal de Contas poderá recorrer a:

I – constatação, quando houver evidências objetivas de sua ocorrência;

II – indícios, quando houver vestígios e circunstâncias que presumam sua ocorrência;

III – informações, quando houver notícias fundamentadas que indiquem sua ocorrência.

Parágrafo Único. As informações amplamente divulgadas pelos meios de comunicação de massa poderão constituir fontes para as ações do Tribunal de Contas.

CAPÍTULO III

DOS MÉTODOS E DA ÉTICA NO EXERCÍCIO

DO CONTROLE EXTERNO

SEÇÃO I

DOS MÉTODOS

Art. 171. As auditorias e inspeções serão realizadas por servidores do Tribunal de Contas designados pelo Presidente para esse fim.

Art. 172. Aos servidores do Tribunal incumbidos da realização das auditorias e inspeções serão dadas condições materiais ao desempenho do seu trabalho, facultando-se-lhes, ainda, amplo acesso a todos os documentos e informações pertinentes por parte dos jurisdicionados.

§ 1º Os servidores do Tribunal de Contas, do controle externo, incumbidos das auditorias e inspeções, requisitarão aos dirigentes dos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, os documentos e as informações necessários à sua realização.

§ 2º Nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonegado, sob qualquer pretexto, ao Tribunal de Contas, em suas pesquisas, consultas, auditorias e inspeções.

§ 3º Em caso de sonegação ou omissão, o Tribunal de Contas assinalará prazo de 05 (cinco) dias para apresentação do documento ou informação necessários e, não sendo atendido, comunicará o fato à autoridade administrativa competente para as medidas cabíveis, podendo, ainda, impor a multa prevista neste Regimento, bem como, se for o caso, requisitar força policial para a realização dos trabalhos.

§ 4º Se, de qualquer modo, o Tribunal de Contas não vier a ser atendido, o fato será comunicado à Assembléia Legislativa ou à Câmara Municipal, sujeitando o responsável às penalidades aplicáveis, sem prejuízo da ação penal cabível.

Art. 173. As auditorias e inspeções deverão, quanto possível, ser realizadas contemporaneamente aos fatos e atos fiscalizados.

SEÇÃO II

DA ÉTICA

Art. 174. São deveres dos servidores incumbidos das auditorias e inspeções, além do atendimento às normas da Lei Complementar n.º 04, de 15.10.90, e alterações posteriores (Estatuto do Servidor Público):

- I – comunicar ao superior hierárquico as ilegalidades e irregularidades que, por sua gravidade, devam ser objeto de medidas imediatas do Tribunal de Contas;
- II – apresentar peças e justificativas suficientes para revelar qualquer fato cuja omissão possa deformar o Relatório ou dissimular qualquer prática de ato ilegal, ao preparar comentários, conclusões e recomendações decorrentes de suas análises;
- III – manter-se atualizado em relação às técnicas e métodos de auditoria e verificação mais modernos e às áreas de gestão.

Art. 175. É vedado aos servidores incumbidos de realizar as auditorias e inspeções, além das proibições constantes do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Mato Grosso:

- I – divulgar informações sobre o trabalho a seu cargo, bem como apresentar sugestões ou recomendações pessoais aos jurisdicionados;
- II – participar de auditorias em órgãos e entidades jurisdicionadas do Tribunal de Contas em que membros de sua família, até o terceiro grau, estejam ocupando posição diretiva, ou onde houver anteriormente ocupado posto financeiro ou administrativo, sobretudo quando a situação antecedente for suscetível de atentar contra sua independência e objetividade.

Parágrafo Único. A inobservância do disposto neste artigo sujeitará o servidor às penas cabíveis, podendo os Secretários de Estado, ou autoridades equivalentes ou os dirigentes da Administração Indireta, incluídas as Fundações, representar ao Tribunal de Contas a respeito.

Art. 176. O servidor, ao final da auditoria ou da inspeção, elaborará Relatório conclusivo e minucioso de modo a possibilitar ao Tribunal de Contas o exame e decisão com base nos elementos recolhidos.

§ 1º Os Relatórios não devem expressar juízos pessoais imotivados e neles serão consignadas as constatações, indícios e informações relevantes, recolhidos na auditoria e inspeções.

§ 2º Quando a auditoria ou inspeção abranger exercícios financeiros ou gestões diferentes, será elaborado relatório, distinguindo as constatações e achados a cada período ou gestão.

§ 3º Antes de submeter a matéria à apreciação do Tribunal Pleno ou das Câmaras, o Relator cientificará o responsável para, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer justificativas ou esclarecimentos sobre as informações de auditoria e inspeção, na forma prevista no inciso III, do artigo 17, da Lei Complementar n.º 11, de 18 de dezembro de 1991.

Art. 177. Identificada durante as auditorias ou inspeções a existência de desfalque, fraude ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos, o servidor elaborará Relatório específico que constituirá processo em destaque, ao qual será dada prioridade de tramitação.

Art. 178. O Tribunal, quando for o caso, comunicará às autoridades competentes dos Poderes do Estado ou dos Municípios, o resultado das auditorias e inspeções para adoção das medidas corretivas das ilegalidades e irregularidades apuradas.

TÍTULO VI

DA FISCALIZAÇÃO

CAPÍTULO I

DOS ATOS SUJEITOS A REGISTRO

SEÇÃO I

DA ADMISSÃO DE PESSOAL

Art. 179. O Tribunal de Contas julgará, para fins de registro e exame de legalidade, os atos de admissão de pessoal, a qualquer título, que lhes devem enviar os órgãos e entidades da administração direta e indireta dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado e dos Municípios, os quais deverão ser encaminhados no mês subsequente à edição do ato, exceto os de designação para cargos em comissão e funções de confiança.

(*) Redação dada pela Resolução nº 03 de 14.08.2003:

Parágrafo único. Para seu exame e análise, deverão ser enviados ao Tribunal de Contas os documentos determinados através da Instrução Normativa prevista no art. 105 deste Regimento.

(*) Redação anterior:

Parágrafo Único. Para seu exame e análise, deverão ser enviados ao Tribunal de Contas os documentos referidos e abaixo discriminados:

I – comprovante da publicidade de editais de concurso público, acompanhado de todos os seus elementos constitutivos, bem como da demonstração da Projeção da Despesa respectiva e seus acréscimos, observado o disposto no artigo 169, da Constituição Federal e o artigo 38, das Disposições Transitórias;

II – comprovante da publicidade da lista de classificação final dos candidatos, acompanhado de cópia de todo o processo seletivo, homologado pela autoridade competente;

III – cópia devidamente autenticada do ato de nomeação e termo de posse, e declaração de não acumulação de cargo público.

(*) Redação dada pela Resolução nº 03 de 14.08.03:

Art. 180. Os documentos deverão ser dispostos na ordem alinhada na Instrução Normativa a que se refere o art. 105 deste Regimento, cuja capa deverá conter as seguintes indicações:

(*) Redação anterior:

Art. 180. Os documentos deverão ser dispostos na ordem alinhada no artigo anterior, conforme o caso, cuja capa deverá conter as seguintes indicações:

- a) origem;
- b) órgãos abrangidos e
- c) movimentação de pessoal no período.

(*) Alteração dada pela Resolução nº 03 de 14.08.03:

Parágrafo Único. Nos casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, devidamente justificado, exigir-se-á, ainda, a cópia da lei autorizativa e comprovante da publicidade do contrato, além daquelas definidas na legislação específica.

Art. 181. Para efeito de complementação do exame e para o seu conhecimento, o Tribunal poderá solicitar quaisquer informações ou cópia de documentos que não constem dos acima indicados, inclusive informações específicas que esclareçam fatos isolados, independente da fiscalização que lhe cabe executar.

Art. 182. Os atos de admissão de pessoal deverão ser encaminhados ao Tribunal de Contas, mensalmente, no mês subsequente àquele em que se produziram.

Art. 183. A inobservância destas determinações importará na aplicação das penalidades aos responsáveis, como previsto neste Regimento.

SEÇÃO II

DA APOSENTADORIA, REFORMA E PENSÃO

SUBSEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 184. Os processos de aposentadoria, reforma e pensão, bem como as revisões que importem alteração do fundamento legal da concessão inicial, serão encaminhados ao Tribunal de Contas.

§1º Os atos posteriores que modifiquem o fundamento legal da concessão ou fixação de proventos, soldos ou pensões sujeitam-se a novo julgamento.

§ 2º O Tribunal de Contas não apreciará, por independerem de novo julgamento, as melhorias posteriores que não alterem o fundamento do Ato concessório.

(*) Alteração dada pela Resolução nº 03 de 14.08.03:

Art. 185. Os processos de aposentadoria, reforma e pensão virão instruídos com os documentos determinados através da Instrução Normativa de que trata o art. 105 deste Regimento.

(*) Redação anterior:

Art. 185. Os processos de aposentadoria, reforma e pensão virão instruídos com os seguintes documentos essenciais:

I – Ato emitido por autoridade competente, devidamente publicado, que contenha a qualificação do aposentado ou beneficiário, se for o caso, e sua fundamentação legal;

II – Certidão, demonstrativo ou informação com:

a) a identificação funcional: nome, matrícula, categoria, classe, padrão ou referência, bem como certidão de óbito do instituidor e os nomes dos beneficiários para o caso de pensões;

b) tempo total líquido prestado ao órgão a que pertencia o servidor ou nele averbado;

c) os efeitos para que foi computado o tempo de serviço, com indicação dos respectivos totais parciais;

- d) o total dos dias de licença especial não gozada, com a indicação do período aquisitivo;
 - e) o percentual dos adicionais por tempo de serviço;
 - f) as designações e dispensas de cargos e funções de confiança, quando o processo respectivo envolver a concessão de vantagens correspondentes;
- III – cálculo de provento ou benefício que indique a remuneração percebida em atividade, com a discriminação das respectivas parcelas e valores, citando a base legal de cada uma delas;
- IV – documento idôneo que comprove a data de nascimento do aposentado ou beneficiário;
- V – requerimento do interessado, na aposentadoria voluntária;
- VI – original ou cópia autenticada de laudo firmado por junta médica oficial, nas aposentadorias com o Código Internacional de Doenças - CID, apenas nos casos de doença especificada em lei, lesão produzida por acidente em serviço ou doença profissional;
- VII – processo especial comprobatório do acidente em serviço, se for o caso, instaurado na forma da lei, mediante participação escrita do funcionário ou de seu chefe imediato e corroborado por:
- a) licenças médicas;
 - b) laudos periciais;
 - c) registros médicos ou hospitalares;
 - d) registros policiais, quando for o caso;
 - e) depoimentos de testemunhas;
 - f) outros elementos de prova.

§ 1º Se a invalidez decorrer de doença profissional, o laudo médico deverá estabelecer o nexo de causalidade entre a moléstia e a atividade exercida pelo servidor.

§ 2º Do laudo médico deverá constar conclusão sobre a possibilidade ou não de o examinado readaptar-se sob o ponto de vista médico e/ ou profissional para exercer outra função pública.

§ 3º O laudo da junta médica acompanhará o processo em envelope lacrado, com os seguintes dizeres: Laudo Médico – Reservado.

SEÇÃO III

DAS DECLARAÇÕES DE BENS

Art. 186. As Declarações de Bens e Rendas, de início e final de gestão, serão julgadas nos termos do artigo 259, desta Resolução e deverão ser apresentadas obrigatoriamente:

- I – pelos Chefes do Poder Executivo Estadual e Municipal;
- II – pelo Vice-Governador e Vice-Prefeito;
- III – pelo Chefe do Poder Judiciário Estadual;
- IV – pelo Chefe do Ministério Público Estadual;

V – pelo Presidente do Tribunal de Contas;

VI – pelo Procurador-Geral do Estado;

VII – pelo Defensor-Geral da Defensoria Pública do Estado;

VIII – pelos Secretários de Estado;

IX – pelos Deputados Estaduais;

X – pelos Vereadores;

XI – pelos ordenadores de despesas dos órgãos da administração direta e indireta do Estado e Municípios.

Parágrafo Único. As declarações referidas no *caput* deste artigo serão enviadas ao Tribunal de Contas pelos próprios interessados ou pelo órgão onde ocorreu o fato, no prazo de 15 dias contados da posse.

Art. 187. Não enviadas as declarações de bens e rendas, no prazo de 15 (quinze) dias, o Tribunal tomará as medidas previstas no artigo 44, § 2º, da Lei Orgânica do Tribunal de Contas.

Art. 188. As declarações de bens e rendas abrangerão os bens do casal e compreenderão:

I – bens móveis, imóveis e semoventes com sua especificação, relacionados sempre pelo valor real e estimativo;

II – títulos da dívida pública e particular, ações, apólices de companhias e sociedades em geral;

III – saldos bancários e créditos mobiliários;

IV – quaisquer outros bens ou valores a critério do declarante.

§ 1º O não cumprimento das determinações contidas neste artigo, ensejará a aplicação das sanções previstas neste Regimento.

§ 2º As declarações de bens e rendas apresentadas ao final da gestão serão encaminhadas ao Tribunal no prazo de 15 (quinze) dias após o término do mandato e serão comparadas àquelas apresentadas na posse do cargo, a fim de ser verificada a evolução dos bens.

§ 3º As declarações de bens e rendas apresentadas ao final da gestão deverão ser juntadas pelo setor competente do Tribunal, ao processo que tratou da declaração apresentada no início da gestão.

CAPÍTULO II

DOS CONTRATOS, CONVÊNIOS, AJUSTES E CONGÊNERES

Art. 189. O Tribunal de Contas julgará da legalidade dos contratos, convênios, ajustes e demais instrumentos congêneres.

Art. 190. Para que possa exercer com eficiência suas atribuições, além do acompanhamento de eventuais publicações, o Poder Executivo Estadual e Municipal deverão enviar ao Tribunal:

I – até o dia 15 de janeiro de cada ano, a Lei Orçamentária para o exercício;

II – até 31 de dezembro do ano em que foi votada, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei relativa ao Plano Plurianual;

III – até 30 (trinta) dias do mês subsequente, os balancetes do mês anterior, acompanhados das leis e decretos que autorizaram e abriram créditos adicionais e dos editais de licitação.

§ 1º O Plano Plurianual deverá ser detalhado quanto aos objetivos, diretrizes e receitas.

§ 2º Sem embargo da providência de que trata este artigo, o Tribunal de Contas diligenciará no sentido de conhecer e receber todas as leis e atos mencionados, podendo valer-se do acompanhamento da publicação dos mesmos pela Imprensa Oficial e, ainda, por visitas, inspeções e auditagens, a fim de levantá-los, conhecê-los e apreciá-los.

§ 3º O Tribunal de Contas também fiscalizará a celebração e execução de contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres de que resultem receita ou despesa, bem como as licitações sob responsabilidade dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, estadual ou municipal.

Art. 191. Os contratos, convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres serão encaminhados ao Tribunal de Contas até 10 (dez) dias da sua publicação na Imprensa Oficial.

§ 1º O Tribunal de Contas acompanhará, através da Inspeção competente, as licitações sob as modalidades de Tomada de Preços, Concorrência Pública e Convite, quando cabível, no âmbito Estadual e Municipal, para compras, serviços e obras, mediante a publicação dos respectivos editais na Imprensa Oficial.

§ 2º Verificado descumprimento da Lei de Licitações, será determinado ao órgão a imediata correção ou suspensão do procedimento licitatório e, quando cabível, a impugnação do contrato ou da realização da despesa.

Art. 192. A apreciação dos contratos, convênios, ajustes, acordos e instrumentos congêneres compreenderá, além dos aspectos formais, o exame de seu objeto em face da legislação aplicável, bem assim a conformidade dos valores estipulados com aqueles praticados no mercado, tendo em vista, inclusive, qualidade e quantidade.

Parágrafo Único. Os termos aditivos e derivados do pacto inicial e as prestações de contas deverão ser apensados, pelo setor competente do Tribunal, aos processos originários, quando cabível, observado os critérios de distribuição e relatoria.

Art. 193. O Tribunal de Contas, julgando ilegais ou irregulares os atos de que trata esta Seção, assinalará prazo para que o responsável adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, fazendo, ainda, indicação dos dispositivos a serem obedecidos.

§ 1º Se não atendido o disposto no *caput* deste artigo, o Tribunal de Contas:

- 1) determinará a sustação do ato impugnado na forma da Constituição Estadual;
- 2) comunicará a decisão à Assembleia Legislativa ou à Câmara Municipal, no caso de contrato;
- 3) aplicará ao responsável a multa prevista em lei e neste Regimento.

§ 2º No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pela Assembleia Legislativa ou Câmara Municipal, que solicitará de imediato ao Poder Executivo a adoção das medidas cabíveis.

§ 3º Se a Assembleia Legislativa ou a Câmara Municipal não efetivar, no prazo de 90 (noventa) dias, as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal de Contas decidirá a respeito, aplicando aos responsáveis as sanções previstas em lei e neste Regimento.

CAPÍTULO III

DA FISCALIZAÇÃO DA RECEITA

Art. 194. A fiscalização da receita, exercida pelo Tribunal de Contas, efetivar-se-á mediante a realização de auditorias e inspeções, por meio de demonstrativos próprios e sistema interligado de informações.

§ 1º Deverá ser comunicada ao Tribunal de Contas, pelo Secretário da Fazenda, até o dia 15 (quinze) de cada mês, a arrecadação geral do Estado do mês anterior, por rubrica, destacando-se os empréstimos internos e externos e repasses efetuados pela União.

§ 2º O não cumprimento do disposto no presente artigo implicará na imposição de multa, conforme fixação em lei e neste Regimento, além das demais penalidades cabíveis.

CAPÍTULO IV

A EXECUÇÃO DAS DECISÕES

Art. 195. A notificação dos responsáveis far-se-á:

I – pessoalmente, na forma estabelecida em lei e neste Regimento;

II – pelo correio, mediante carta registrada, com aviso de recebimento;

(*) Redação dada pela Resolução nº 07 de 14.09.04:

III – por edital publicado no Diário Oficial do Estado, por 03 (três) vezes consecutivas, quando o destinatário da notificação não for localizado.”

(*) Redação anterior:

III – por edital publicado no Diário Oficial do Estado, quando o destinatário da notificação não for localizado.

Art. 196. A decisão definitiva será formalizada nos termos estabelecidos neste Regimento, cuja publicação no Diário Oficial do Estado constituirá objeto para:

I – no caso de contas regulares, expedir-se certificado de quitação plena do responsável para com o erário;

II – no caso de contas regulares com ressalva, expedir-se certificado de quitação com determinação, nos termos deste Regimento;

III – no caso de contas irregulares:

a) impor a obrigação de o responsável, no prazo estabelecido neste Regimento, comprovar perante o Tribunal que recolheu aos cofres públicos a quantia correspondente ao débito que lhe tiver sido imputado ou a multa cominada, na forma prevista nos artigos 60 e 61 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas e neste Regimento;

b) inscrever-se o débito na Dívida Ativa;

c) que o título possua caráter executivo bastante para a cobrança judicial da dívida decorrente do débito ou da multa, se não recolhida no prazo pelo responsável e após inscrita regularmente na Dívida Ativa;

d) que a autoridade competente proceda a efetivação das sanções previstas nos artigos 60 e 64 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas.

Art. 197. A decisão do Tribunal de que resulte imputação de débito ou cominação de multa torna a dívida líquida e certa e tem eficácia de título executivo, nos termos do § 3º, do artigo 71, da Constituição Federal.

§ 1º O responsável inadimplente com os recolhimentos referidos no *caput* deste artigo, bem como aqueles que não prestaram contas de recursos recebidos, terão seus nomes inscritos no cadastro de devedores perante o Tribunal de Contas.

§ 2º No caso da inadimplência prevista no parágrafo anterior, poderá o Tribunal de Contas aplicar as seguintes sanções, respeitado o devido processo e resguardada a ampla defesa:

I – se servidor, ter sugerida a pena de demissão;

II – inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou de função de confiança na administração estadual ou municipal, pelo prazo de cinco anos;

III – ao responsável, ter seu nome incluído na relação a ser encaminhada ao Tribunal Regional Eleitoral, para efeito de inelegibilidade prevista em lei.

Art. 198. O responsável será notificado para, no prazo de 10 (dez) dias, efetuar e comprovar o recolhimento da dívida, reposição da importância do alcance ou desvio, com correção monetária a contar da data do evento, acrescida de juros e da multa devidos a partir da notificação, calculados sobre o débito corrigido monetariamente.

§ 1º A notificação será feita na forma prevista no artigo 195 deste Regimento.

§ 2º Enviado o comprovante do recolhimento do débito ou multa, a quitação será dada pelo Conselheiro Relator do feito, determinando a baixa no cadastro de inadimplentes perante o Tribunal de Contas.

Art. 199. Julgado em débito, será o responsável notificado para, em 10 (dez) dias, repor a importância do alcance ou desvio, com correção monetária a contar da data do evento, acrescida dos juros e da multa, devidos a partir da notificação, calculados sobre o débito corrigido monetariamente, sob pena das seguintes cominações:

I – se servidor, ter sugerida a pena de demissão;

II – inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou de função de confiança na administração estadual ou municipal, pelo prazo de 5 (cinco) anos, atendidos os requisitos do artigo 255 deste Regimento.

Art. 200. Em qualquer fase do processo, o Tribunal poderá autorizar, mediante requerimento do interessado, o recolhimento parcelado da importância devida, incidindo sobre cada parcela os correspondentes acréscimos legais, a ser efetivado da seguinte forma:

§ 1º O débito poderá ser dividido em até 12 (doze) parcelas, vencíveis a cada 30 (trinta) dias, a contar da data do parcelamento.

§ 2º A falta de recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor.

Art. 201. Expirado o prazo a que se refere o artigo 198, deste Regimento, sem a manifestação do responsável, o Tribunal poderá:

I – determinar o desconto integral ou parcelado da dívida nos vencimentos, salários ou proventos do responsável, observados os limites previstos na legislação pertinente; ou

II – autorizar a cobrança judicial da dívida por intermédio da Procuradoria do Estado.

Art. 202. A título de racionalização administrativa e economia processual e com o objetivo de

evitar que o custo da cobrança seja superior ao valor do ressarcimento, o Tribunal poderá determinar, desde logo, o arquivamento do processo, sem cancelamento do débito, a cujo pagamento continuará obrigado o devedor, para lhe ser dada quitação.

Art. 203. A decisão terminativa, devidamente fundamentada, será publicada no Diário Oficial do Estado e a comprovação da publicação informada nos autos.

CAPÍTULO V

DA CONTAGEM DOS PRAZOS

Art. 204. Os prazos referidos neste Regimento contam-se da data:

I – do recebimento pelo responsável ou interessado da notificação;

II – da publicação de edital no Diário Oficial do Estado, quando o responsável ou interessado não for localizado;

III – nos demais casos, salvo disposição legal expressa em contrário, da publicação da Decisão ou do Acórdão no Diário Oficial do Estado;

IV – o responsável que não atender à notificação, será considerado revel pelo Tribunal de Contas, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo.

Parágrafo Único. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento.

Art. 205. Aos servidores que deixarem de observar ou prejudicarem a observância do disposto neste Capítulo, poderá o Tribunal aplicar multa na forma do artigo 61 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas, além das sanções disciplinares aplicáveis.

Art. 206. O Tribunal promoverá junto ao Ministério Público a responsabilidade criminal, nos termos da legislação, da autoridade administrativa ou do representante da Procuradoria Geral do Estado que, no prazo de 30 (trinta) dias da ciência da decisão do Tribunal e do recebimento da documentação necessária à cobrança de débito, não tomar as providências que lhe compete.

Art. 207. Aplicam-se a este Capítulo, subsidiariamente, as disposições pertinentes contidas no Código de Processo Civil.

CAPÍTULO VI

DA DEFESA DOS JURISDICIONADOS

Art. 208. O Tribunal de Contas facultará aos jurisdicionados a mais ampla defesa, ao assegurar-lhes:

I – vista sobre processo de seu interesse, mediante requerimento autorizado pelo Relator;

II – apresentação de documentos e justificativas/alegações, por escrito, endereçados ao Relator;

III – extração de certidão de ato ou termo, mediante pedido por escrito ao Relator do processo;

IV – sustentação oral de suas razões perante o Tribunal Pleno ou Câmaras;

V – interposição de recursos das decisões;

VI – conhecimento, mediante notificação, das decisões do Tribunal de Contas que lhes impute responsabilidade pela prática de ato ou fato administrativo ilícito;

Parágrafo Único. A defesa dos jurisdicionados elencada nesta Seção ficará sempre condicionada aos prazos e exigências estabelecidas em lei e neste Regimento.

TÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

CAPÍTULO I

DA EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Art. 209 – Os órgãos públicos estaduais e municipais da Administração Direta e Indireta, as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista e demais entes paraestatais, somente poderão receber ou conceder, inclusive quando se tratar de entidades sem fins lucrativos e afins, recursos financeiros do Estado ou Município, através de convênios, contratos, ajustes, acordos ou instrumentos congêneres, se estiverem quites com o Tribunal de Contas, comprovado mediante certidão fornecida pelo Tribunal.

Parágrafo Único. Será aplicada multa, na forma do disposto no artigo 254, deste Regimento, ao responsável pelo órgão concedente que, no ato da assinatura dos instrumentos mencionados no *caput* deste artigo, deixar de exigir do conveniente a Certidão Negativa de débito perante o Tribunal de Contas.

Art. 210. O Tribunal de Contas expedirá Certidão, com prazo de validade de 30 (trinta) dias, por solicitação do interessado, mediante protocolo e autuação dirigida ao Presidente, nos termos de Instrução Normativa do Tribunal.

CAPÍTULO II

DAS DENÚNCIAS

Art. 211. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas do Estado.

Art. 212. A denúncia sobre matéria de competência do Tribunal deverá referir-se ao administrador ou responsável sujeito a sua jurisdição e deverá se revestir das seguintes formalidades:

- I – ser apresentada em via original com assinatura do denunciante;
- II – observar a clareza, precisão e coerência na exposição do alegado;
- III – vir instruída, se possível, com documentação mínima comprobatória do alegado e indicação das pessoas que possam ser ouvidas sobre os fatos, quando for o caso.

Art. 213. Caberá ao Presidente verificar se a denúncia apresentada reveste-se das formalidades regimentais, encaminhando-a ao Corregedor Geral no caso de envolvimento de servidores ou Conselheiros deste Tribunal, ou ao Relator das contas do órgão jurisdicionado que originou a denúncia.

Art. 214. O Relator que presidir o feito ouvirá o Ministério Público em todos os casos e solicitará, ainda, a manifestação do órgão que julgar necessário.

Parágrafo Único. Se na instrução da denúncia houver indício de ilegalidade ou irregularidade será assegurado ao denunciado o direito de ampla defesa.

Art. 215. No resguardo dos direitos e garantias individuais, o Tribunal dará tratamento sigiloso às denúncias formuladas, até decisão definitiva sobre a matéria.

CAPÍTULO III

DAS CONSULTAS

Art. 216. O Tribunal responderá, sobre matéria de sua competência, às consultas que lhe forem formuladas em tese pelos órgãos ou pessoas sujeitas à sua jurisdição.

Parágrafo Único. As consultas deverão conter a indicação precisa do seu objeto, assinadas por autoridade competente e, sempre que possível, serem formuladas articuladamente.

Art. 217. As consultas, após protocoladas, serão encaminhadas ao Presidente, que determinará a distribuição a um Relator, por dependência, quando cabível.

Parágrafo Único. O Relator determinará a remessa dos autos à Assessoria de Informação, que instruirá o processo em 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 218. De posse do processo com as manifestações dos órgãos técnicos e do Ministério Público junto ao Tribunal, o Relator encaminhará o feito para apreciação pelo Plenário.

Art. 219. As consultas cujas decisões do Plenário forem por maioria terão caráter normativo após sua publicação no Diário Oficial do Estado, constituindo-se em prejulgado da tese.

§ 1º O Plenário, por iniciativa fundamentada do Presidente, de Conselheiro, do Ministério Público ou a requerimento do interessado, poderá reexaminar a decisão anterior da consulta originária.

§ 2º Se do reexame de decisão do Tribunal de Contas, adotada em virtude de consulta, ocorrerem alterações no prejulgado, a orientação que vier a ser estabelecida terá força obrigatória a partir de sua publicação.

§ 3º O Conselheiro Relator, verificando que a matéria a que se refere a consulta já foi objeto de deliberação, remeterá ao consulente cópia da decisão anterior.

CAPÍTULO IV

DOS INCIDENTES DE INCONSTITUCIONALIDADE, DOS PREJULGADOS, DA SÚMULA DE JURISPRUDÊNCIA E DA UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA

SEÇÃO I

DOS INCIDENTES DE INCONSTITUCIONALIDADE

Art. 220. Os Conselheiros ou o representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, diante de inconstitucionalidade de lei ou ato do Poder Público, poderá submeter a questão ao Tribunal Pleno que, por maioria de seus membros, deixará de aplicá-los se manifestamente contrários às Constituições Federal ou Estadual (Súmula 347 do Supremo Tribunal Federal - STF).

§ 1º A arguição de inconstitucionalidade poderá sustar, se requerido por um Conselheiro ou pelo representante do Ministério Público junto ao Tribunal, até três sessões, o julgamento do processo, para que seja decidida a questão preliminar a ser considerada no exame do caso concreto.

§ 2º A decisão do Tribunal de Contas que negar cumprimento à lei ou ato considerado inconstitucional constituirá norma definitiva e de aplicação obrigatória nos casos análogos, salvo posterior julgamento de mérito de ação direta de inconstitucionalidade.

§ 3º Tornada definitiva a decisão negatória de aplicação de lei ou ato considerado inconstitucional, o Tribunal de Contas representará ao órgão ou entidade competente para os devidos fins.

§ 4º A arguição de inconstitucionalidade de lei ou ato oferecido no âmbito das Câmaras suspenderá o julgamento da matéria, que será submetida à deliberação do Tribunal Pleno, mantido o mesmo Relator.

SEÇÃO II

DOS PREJULGADOS

Art. 221. Poderá o Tribunal Pleno, a requerimento de Conselheiros ou de representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, pronunciar-se sobre qualquer norma jurídica, ato ou procedimento da Administração, se reconhecer que a respeito das mesmas há divergência de interpretação.

§ 1º A decisão do Tribunal Pleno, por maioria de seus membros, terá caráter normativo, constituindo prejudgado.

§ 2º Considerar-se-á revogado o prejudgado sempre que o Tribunal Pleno pronunciar-se de modo contrário, em tese ou em concreto, sobre a mesma hipótese, estabelecendo nova interpretação.

Art. 222. Constituído o prejudgado, far-se-á sua aplicação, quando couber, devendo, preliminarmente, os órgãos do Tribunal de Contas invocá-lo por ocasião da instrução.

SEÇÃO III

DA SÚMULA

Art. 223. Fica criada a Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas.

Art. 224. A Súmula de Jurisprudência constituir-se-á de verbetes ou enunciados resumindo decisões, teses e precedentes adotados, reiteradamente, pelo Tribunal Pleno e suas Câmaras em matéria de sua competência.

Art. 225. A inscrição, a revisão, o cancelamento ou o restabelecimento dos verbetes ou enunciados da Súmula far-se-ão por decisão do Tribunal Pleno, mediante proposta de Conselheiro ou do representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, mediante posterior publicação no Diário Oficial.

Parágrafo Único. A elaboração das Súmulas fica diretamente afeta à Coordenadoria de Assuntos Jurídicos do Tribunal.

Art. 226. Os enunciados da Súmula serão numerados seguidamente, na ordem de sua inscrição.

Parágrafo Único. Ficarão vagos com o cancelamento, os números dos verbetes ou enunciados que o Tribunal Pleno revogar, conservando os que forem apenas modificados ou restabelecidos a mesma numeração, com a ressalva correspondente.

Art. 227. O Tribunal de Contas fará, bianualmente, a consolidação da Súmula, obedecendo à ordem seqüencial dos verbetes ou enunciados, com indicação precisa das alterações ocorridas no período respectivo e índice remissivo, por número e natureza da matéria sumulada, a ser publicada no Diário Oficial.

SEÇÃO IV

DA UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA

Art. 228. Conselheiro, representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, ou quem detiver legítimo interesse, ao verificar a existência de decisões divergentes do Tribunal, quer em

sua composição plenária, quer entre as Câmaras, poderá suscitar incidente de uniformização de jurisprudência.

Parágrafo Único. A parte poderá, ao arrazoar recurso ou em petição avulsa, requerer, fundamentadamente, que o julgamento obedeça ao disposto neste artigo, comprovando, desde logo, pela juntada de certidão do acórdão divergente ou pela indicação de onde ele se encontra publicado, a alegada divergência.

Art. 229. A Câmara, reconhecida a divergência, levará a matéria, pelo próprio Relator, ao Tribunal Pleno, após a audiência do representante do Ministério Público junto ao Tribunal, que terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar.

Art. 230. Da decisão do Tribunal Pleno sobre a divergência caberá apenas o recurso de embargos declaratórios.

TÍTULO VIII

DOS RECURSOS

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 231. Os recursos para reforma da decisão do Tribunal Pleno ou das Câmaras serão apresentados perante o Relator, nos prazos estabelecidos neste Regimento, podendo ser interpostos pelas partes interessadas e/ou pelo representante do Ministério Público junto ao Tribunal.

§ 1º O Presidente poderá rejeitar, liminarmente, os recursos, se interpostos fora do prazo ou se forem:

I – manifestamente impertinentes, ineptos ou protelatórios;

II – assinados por parte ilegítima.

§ 2º O recurso, mesmo extemporâneo, será admitido se tiverem ocorridos fatos novos com referência à matéria impugnada, que possam modificar o entendimento anterior.

Art. 232. O recurso, que terá efeito suspensivo, submete ao Tribunal Pleno apenas a reapreciação da matéria impugnada.

Art. 233. Os recursos deverão ser distribuídos ao Relator ou revisor, se for o caso, que tenha funcionado nessa qualidade no processo respectivo.

Art. 234. As diligências relativas ao recurso serão determinadas por despacho do Relator.

Art. 235. O Relator, após estudo da matéria, ouvido o Ministério Público junto ao Tribunal e elaboração do Relatório, pedirá dia para julgamento, que será incluído na pauta a ser designado pelo Presidente, com antecedência mínima de cinco dias, de modo que se possa notificar o interessado, através de publicação no Diário Oficial do Estado, pelo menos 24 (vinte e quatro) horas antes do julgamento.

Art. 236. O Relatório, discussão e votação do recurso obedecerão as normas dispostas no Título II, Capítulo V, Seção II deste Regimento.

Art. 237. Nenhum recurso será apreciado sem audiência do Ministério Público e manifestação da área técnica.

Art. 238. Os recursos deverão obedecer aos seguintes requisitos:

I – interposição por escrito;

II – apresentação dentro dos prazos respectivos;

III – qualificação indispensável à identificação do interessado;

IV – assinatura de quem tenha legitimidade para fazê-lo;

V – formulação do pedido com clareza, inclusive, se for o caso, com indicação da norma violada pela decisão, e comprovação documental dos fatos alegados.

§ 1º Quando o pedido não atender aos requisitos estabelecidos neste artigo o Relator deverá, mediante despacho e notificação, facultar ao interessado, no prazo de 05 (cinco) dias, a regularização do pedido.

§ 2º O recurso não terá lugar se a decisão já tiver sido proferida nesse grau pelo Tribunal Pleno.

Art. 239. Os recursos serão apreciados em apenso no mesmo processo de que constarem as decisões recorridas.

Art. 240. Aplicam-se a este Capítulo, subsidiariamente, as disposições pertinentes contidas no Código de Processo Civil Brasileiro.

CAPÍTULO II

DOS RECURSOS EM ESPÉCIE

Art. 241. São cabíveis, observados os pressupostos estabelecidos na Lei Orgânica do Tribunal e neste Regimento, os seguintes recursos:

I – Reconsideração;

II – Embargos de Declaração;

III – Pedido de Reexame;

IV – Revisão;

V – Recurso Administrativo;

VI - Agravo Regimental.

SEÇÃO I

DA RECONSIDERAÇÃO

Art. 242. O pedido de reconsideração, que terá efeito suspensivo, será apreciado por quem houver proferido a decisão recorrida e poderá ser formulado uma única vez pelo responsável ou interessado, ou pelo Ministério Público junto ao Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência da decisão e no caso de não haver recurso específico.

Art. 243. Caberá recurso de reconsideração ao Tribunal Pleno de atos e decisões do Presidente do Tribunal, de Câmara, do Tribunal Pleno e dos Conselheiros:

I – que atentarem contra expressa disposição de lei ou deste Regimento;

II – que protelarem ou deixarem de dar cumprimento a ato a que esteja obrigado;

III – sempre que o interessado se julgar prejudicado com a decisão proferida ou com o ato praticado.

SEÇÃO II

DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Art. 244. Os embargos de declaração poderão ser opostos por escrito ao prolator da decisão, pelo responsável ou interessado e pelo Ministério Público junto ao Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência da decisão, para corrigir obscuridade, omissão ou contradição que o recorrente entenda existir naquela decisão.

§ 1º Os embargos de declaração suspendem os prazos para cumprimento da decisão embargada e para interposição dos recursos previstos nos incisos I, IV e VI do artigo 241, deste Regimento.

§ 2º Os embargos de declaração, quando declarados e provados manifestamente protelatórios, além de sujeitar os seus propositores à multa no valor de até 10 (dez) UPF/MT, que será recolhida no prazo de 10 (dez) dias, implicará também na sua rejeição.

SEÇÃO III

DO PEDIDO DE REEXAME

Art. 245. Das deliberações do Tribunal em processos concernentes a atos sujeitos a registro e à fiscalização de atos e contratos caberá pedido de reexame, no prazo de 15 (quinze) dias, com efeito suspensivo.

Parágrafo Único. O pedido de que trata este artigo, se admitido pelo Presidente do Tribunal, será distribuído ao Relator que houver proferido a decisão recorrida, que se manifestará no prazo de 10 (dez) dias e o submeterá à Câmara ou ao Plenário, conforme o caso.

Art. 246. O pedido de reexame deverá ser formulado uma só vez, por escrito, pelo responsável ou interessado ou pelo Ministério Público junto ao Tribunal, dentro do prazo de 15 (quinze) dias.

SEÇÃO IV

DA REVISÃO

Art. 247. De deliberação definitiva do Tribunal caberá recurso de revisão ao Plenário, sem efeito suspensivo, interposto por escrito, pelo responsável, seus sucessores ou pelo Ministério Público junto ao Tribunal, no prazo de 5 (cinco) anos, contados de acordo com o inciso III do artigo 34, da Lei Complementar nº 11, de 18.12.1991.

Art. 248. O recurso de revisão terá sempre como fundamento:

I – erro de cálculo nas contas;

II – falsidade ou insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado a decisão recorrida;

III – superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida e

IV – falta de notificação do responsável quando da decisão.

Parágrafo Único. O provimento do recurso de revisão ensejará a correção de todo e qualquer erro, engano, falha ou omissão que tenham sido objeto do mesmo, determinando o Tribunal, se for o caso, a restituição de qualquer importância recolhida por conta da decisão recorrida.

SEÇÃO V

DO RECURSO ADMINISTRATIVO

Art. 249. Caberá recurso administrativo ao Tribunal de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, com efeito devolutivo das multas impostas por autoridades administrativas, no âmbito de seu controle interno.

SEÇÃO VI

DO AGRAVO REGIMENTAL

Art. 250. A parte que se considerar agravada por decisão do Presidente do Tribunal, do Presidente da Câmara ou do Relator, poderá requerer, dentro de 5 (cinco) dias, contados da publicação da decisão no Diário Oficial do Estado, a apresentação do feito em Plenário, para que o Tribunal Pleno sobre ela se pronuncie, confirmando-a ou reformando-a.

§ 1º É competente para conhecer do agravo aquele que seria competente para o julgamento do pedido do recurso.

§ 2º O agravo regimental, que não terá efeito suspensivo, será protocolado e, sem qualquer outra formalidade, submetido ao prolator da decisão, que poderá reconsiderá-la ou submeter o agravo ao julgamento do Plenário ou da Câmara, conforme o caso, computando-se também o seu voto.

§ 3º Se a decisão agravada for do Presidente do Tribunal o julgamento será presidido por seu substituto, que votará no caso de empate.

§ 4º Provido o agravo, o Plenário ou a Câmara, dependendo da hipótese, determinará o que for de direito.

TÍTULO IX

DAS SANÇÕES

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 251. Os administradores ou responsáveis por dinheiro, bens ou valores públicos estarão sujeitos às sanções previstas neste Título, em caso de ilegalidade de despesa, irregularidade de contas e descumprimento das normas legais de que resulte ou não dano ao erário público.

Art. 252. As sanções previstas na Lei Complementar n.º 11, de 18.12.1991 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas) e neste Regimento, são as seguintes:

I – multa pecuniária;

II – inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

III – demissão, no caso de servidor;

IV – representação pela intervenção no Município.

§ 1º As sanções previstas neste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente, sem prejuízo da indenização cabível aos cofres públicos e das demais cominações legais aplicáveis à espécie.

§ 2º A reincidência no descumprimento de determinações do Tribunal implicará no agravamento da penalidade aplicada ao ato cometido.

CAPÍTULO II

DAS MULTAS

Art. 253. Quando o responsável for julgado em débito com o erário, além do valor de indenização devidamente corrigido, o Tribunal poderá aplicar multa de até 100% (cem por cento) do valor do dano causado, de acordo com a seguinte gradação:

VALOR DO DANO

EM UPF/MT: MULTA DE:

Até 10 UPF/MT10%

De 10 a 25 UPF/MT..... 25%

De 25 a 50 UPF/MT..... 50%

De mais de 50 UPF/MT 100%

Art. 254. A aplicação das multas previstas no artigo 61 da Lei Complementar n.º 11, de 18.12.1991 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas), compreendidas entre 1 (uma) e 1000 (mil) UPF/MT, obedecerá à seguinte gradação:

I – ausência de remessa ao Tribunal de Contas de declaração de bens e rendas e contratos, convênios, ajustes e outros instrumentos congêneres a que esteja obrigada a autoridade responsável – multa de até 10 UPF/MT;

II – apresentação de Recurso de Embargos de Declaração manifestadamente protelatórios – multa de até 10 UPF/MT;

III – não atendimento no prazo fixado, sem causa justificada, a critério do Plenário, à diligência do Relator, ou a decisão do Tribunal – multa de até 20 UPF/MT;

IV – deixar de exigir Certidão do Tribunal de Contas no ato de concessão de recursos financeiros – multa de até 20 UPF/MT;

V – deixar de dar cumprimento à decisão do Tribunal de Contas, salvo a existência de motivo justificado, a critério do Relator e referendado pelo Plenário – multa de até 75 UPF/MT;

VI – reincidência no descumprimento de determinação do Tribunal de Contas, além da multa específica correspondente à infração – multa de até 100 UPF/MT;

VII – sonegação de informações, processo ou documento em inspeções e auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas – multa de até 100 UPF/MT;

VIII – deixar de remeter, dentro do prazo legal, balancetes, balanço geral, relatórios resumidos de execução orçamentária e gestão fiscal e prestação de contas de recursos recebidos – multa de até 150 UPF/MT;

IX – obstrução ao livre exercício das inspeções e auditorias determinadas – multa de até 400 UPF/MT;

X – contas julgadas irregulares de que não resulte débito, nos termos do artigo 23, parágrafo único, da Lei Complementar n.º 11, de 18.12.1991 – multa de até 500 UPF/MT;

XI – ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial – multa de até 750 UPF/MT;

XII – ato de gestão ilegítimo ou antieconômico de que resulte injustificado dano ao erário – multa de até 1000 UPF/MT.

Parágrafo Único. Na aplicação das multas o Tribunal de Contas deverá levar em conta o exercício da função, a relevância da falta, o grau de instrução do servidor e sua qualificação funcional, bem assim se agiu com dolo ou culpa, o vulto do prejuízo ou dano, se existentes, e os antecedentes do administrador ou responsável, a critério do Plenário.

CAPÍTULO III

DA INABILITAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE

CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO DE CONFIANÇA

Art. 255. O Tribunal de Contas, por maioria de 2/3 (dois terços) de seus membros, poderá aplicar, cumulativamente, com as sanções previstas neste Título, a inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na administração estadual ou municipal, bem como para contratar com a Administração Pública do Estado ou Municípios, por prazo de até 5 (cinco) anos.

CAPÍTULO IV

DA DEMISSÃO

Art. 256. Cumulativamente com as demais sanções previstas neste Título, o Tribunal de Contas, por maioria de 2/3 (dois terços) de seus membros, poderá aplicar pena de demissão, na forma da lei e, no caso de servidor, comunicando a decisão à autoridade competente para a efetivação da medida.

CAPÍTULO V

DA INTERVENÇÃO

Art. 257. O Tribunal de Contas representará ao Governador do Estado, com cópia à Assembléia Legislativa, propondo a intervenção no Município, de acordo com o artigo 213, da Constituição Estadual e Seção IV, do Capítulo V, da Lei Complementar n.º 11, de 18.12.1991, quando do exame das contas do Prefeito ficar constatado que:

I – deixou de pagar, salvo motivo de força maior, por dois anos consecutivos, dívida fundada;

II – não prestou contas devidas, na forma da lei;

III – não aplicou 25% da receita resultante de impostos, inclusive a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e o percentual constitucional correspondente nas ações e serviços públicos de saúde.

Parágrafo Único. O Governador do Estado poderá suspender os efeitos da intervenção quando, por informação do Tribunal de Contas, tiverem cessados os motivos determinantes daquela medida.

TÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 258. A composição inicial das Câmaras será aquela prevista no artigo 28 deste Regimento.

Parágrafo Único. O Conselheiro eleito Presidente para o primeiro período de funcionamento da Câmara exercerá um mandato parcial para que a escolha do novo Presidente coincida com eleição para Presidente, Vice-Presidente e Corregedor Geral do Tribunal.

(*) Redação dada pela Resolução nº 03 de 14.08.2003:

Art. 259. Feita a distribuição dos processos de acordo com o artigo 40 deste Regimento, compete ao Conselheiro Relator proferir julgamento singular:

I – nos termos do artigo 19, da Lei Complementar n.º 11/91, sobre a prestação de contas:

a) de adiantamentos, auxílios e subvenções;

b) de convênios, acordos, ajustes, comodatos, termos de colaboração, de compromisso, de doação, de cessão de uso e aditivos;

c) dos contratos que não atinjam o limite estabelecido na alínea “c”, do inciso II, do artigo 26, desta Resolução.

II – para fins de registro, sobre:

a) os atos de admissão de pessoal, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão;

b) as declarações de bens de início e final de gestão;

c) os decretos dos Poderes Executivo e Legislativo e resoluções;

d) a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei do Orçamento Geral e o Plano Plurianual do Estado, no prazo de 15 (quinze) dias, conta dos da publicação no Diário Oficial do Estado;

e) a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei do Orçamento Geral e o Plano Plurianual dos Municípios e de suas entidades de administração indireta, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da sua autuação.

§ 1º No julgamento acima referido será feito, inclusive, o exame de legalidade dos atos.

§ 2º Se a decisão do Juízo Singular for divergente no parecer ministerial, o Conselheiro Relator abrirá vista, pelo prazo de 05 (cinco) dias, para que o representante do Ministério Público se manifeste.

§ 3º Permanecendo a divergência, a competência para julgar o feito transfere-se ao Tribunal Pleno.

Art. 260. As entidades referidas no artigo 179, deste Regimento, deverão encaminhar, dentro de 30 (trinta) dias do início do exercício, o seu Quadro de Pessoal com a indicação dos cargos preenchidos e das vagas.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 261. É facultado ao Conselheiro o uso de chancela mecânica somente nos despachos interlocutórios da fase de instrução processual, sendo de sua exclusiva responsabilidade o uso e guarda do equipamento.

Art.262. A alteração deste Regimento dependerá de aprovação pela maioria absoluta dos membros do Tribunal Pleno, de proposta justificada, apresentada por Conselheiro e obrigatoriamente publicada no Diário Oficial, nos termos do artigo 97, da Lei Complementar n.º 11, de 18.12.1991.

§ 1º A proposta apontará expressamente os dispositivos regimentais a serem modificados, suprimidos ou acrescidos.

§ 2º A alteração consistirá em:

I – emendas;

II – revisão.

Art. 263. Lida em sessão ordinária a proposta de alteração regimental permanecerá em mesa por três sessões ordinárias consecutivas, para receber sugestões.

§ 1º Vencido o prazo, o Presidente submeterá à discussão e votação a conveniência e oportunidade da alteração regimental proposta.

§ 2º Admitida a alteração, irá à discussão e votação na sessão subsequente.

Art. 264. Os dispositivos modificados conservarão a numeração.

§ 1º Em caso de supressão, será essa indicada pela palavra “suprimido”.

§ 2º A alteração que versar matéria nova ou não se enquadrar em qualquer dos artigos figurará em dispositivo conexo, até que o Regimento, devidamente renumerado, seja publicado na íntegra.

Art. 265. As propostas de alteração deverão seguir o procedimento geral adotado para os demais processos administrativos.

Art. 266. O Tribunal poderá, pela maioria absoluta dos seus membros, solicitar do Poder competente as medidas necessárias, inclusive judiciais, no sentido de fazer cumprir as suas decisões.

Art. 267. O Tribunal de Contas, no âmbito da fiscalização dos municípios, representará, obrigatoriamente, às Câmaras Municipais, denunciando as irregularidades, abusos ou ilegalidade que encontrar, sem prejuízo de medidas outras de sua alçada e competência.

Art. 268. Ao Conselheiro, após nomeado e empossado, mediante requerimento, computar-se-á, para todos os efeitos, o tempo exercido em cargo público ou mandato eletivo.

Parágrafo Único. O tempo acima referido será computado para aposentadoria, observando-se a necessidade do exercício, por mais de 5 (cinco) anos, do cargo de Conselheiro.

Art. 269. Este Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 2002.

Conselheiro BRANCO DE BARROS

Presidente

Conselheiro ARY LEITE DE CAMPOS

Vice-Presidente

Conselheiro ANTONIO JOAQUIM

Corregedor Geral

Conselheiro OSCAR DA COSTA RIBEIRO

Conselheiro UBIRATAN SPINELLI

Conselheiro JOSÉ CARLOS NOVELLI

Conselheiro VALTER ALBANO DA SILVA

Dr. MAURO DELFINO CÉSAR

Procurador de Justiça